



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO PROAD Nº 19.034/2022

CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TELEFONIA CORPORATIVA

REFERÊNCIAS NORMATIVAS:
RESOLUÇÃO CNJ 468/2022

CONTROLE DE VERSÕES

Versão	Data	Apontamentos	Responsável
1	Maio 2024	Versão inicial.	Gleison Amaral dos Santos
1.1	Jun. 2024	Alterações nos requisitos tecnológicos.	Gleison Amaral dos Santos
1.2	Jun. 2024	Fontes orçamentárias.	Paulo Sérgio Petri
1.3	Jun. 2024	Requisitos socioambientais.	Claudia Lepesteur
1.4	Jun. 2024	Atualização de valores e comparativos de soluções.	Gleison Amaral dos Santos
1.5	Jun. 2024	Redimensionamento de quantidades de canais e DDRs. Atualização dos requisitos de negócios.	Gleison Amaral dos Santos e Paulo Sérgio Petri
1.6	Jun. 2024	Inclusão da contratação de DDG 0800. Ajuste dos quantitativos. Inclusão de números e endereços para portabilidade. Atualização de valores nos comparativos.	Gleison Amaral dos Santos, Paulo Sérgio Petri, Renata Aparecida da Silva
1.7	Jul. 2024	Novo ajuste dos quantitativos. Atualização dos números para portabilidade. Nova atualização de valores nos comparativos.	Renata Aparecida da Silva, Wagner Kobayashi, Paulo Sérgio Petri, Gleison Amaral dos Santos
2	Jul. 2024	Ajustes após parecer inicial da Secretaria Administrativa.	Gleison Amaral dos Santos
2.1	Ago. 2024	Novas exigências dos demandantes. Separação do objeto em dois grupos/lotos. Atualização dos riscos..	Gleison Amaral dos Santos, Paulo Sérgio Petri
2.2	Ago. 2024	Permissão de subcontratação para os recursos de DDR e, para o lote2, possibilidade de substituição de DDRs locais por DDRs de Campo Grande mais um 0800 ilimitado, por localidade.	Gleison Amaral dos Santos, Paulo Sérgio Petri
3	Nov. 2024	Ajustes após apontamentos da Assessoria de Integridade e Conformidade	Gleison Amaral dos Santos

SUMÁRIO

I – ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	5
1. IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE	5
2. OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO	5
2.1. Objetivo geral	5
2.2. Objetivos específicos	5
3. PROCESSO DE TRABALHO PARA O ESTUDO DA SOLUÇÃO	5
4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS	6
4.1. Justificativas apresentadas pela área demandante.....	6
4.2. Identificação do interesse público envolvido	7
5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DA CONTRATAÇÃO.....	9
5.1. Planejamento Estratégico do TRT 24 2021-2026	9
5.2. Plano Diretor de TIC 2023-2024	9
5.3. Planejamento de Contratações Anual do TRT24 para 2024.....	10
II – ESPECIFICAÇÕES, NECESSIDADES E REQUISITOS	11
1. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	11
1.1. Situação Atual	11
1.2. Experiências adquiridas em contratações similares anteriores	13
1.3. Demanda.....	14
1.4. Requisitos tecnológicos	15
1.5. Requisitos do negócio.....	19
1.6. Requisitos de sustentabilidade	22
1.7. Requisitos de garantia e manutenção	23
1.8. Requisitos de garantia da execução contratual.....	24
1.9. Requisitos para adequação à política de segurança da informação	25
1.10. Necessidades de adequações no órgão para execução da contratação	25
1.11. Requisitos de capacitação	26
1.12. Requisitos de habilitação	27
1.13. Requisitos de vistoria prévia.....	32
III - IDENTIFICAÇÃO DAS DIFERENTES SOLUÇÕES DE TIC	34
1. OPÇÕES DE MERCADO	34
1.1. Solução 1 – Solução de serviços comuns de telefonia fixa, através de novas contratações ou renovação dos contratos com a solução vigente (solução atual).....	34
1.2. Solução 2 – Contratação de um único PABX Virtual em Nuvem, com fornecimento de ramais IP36	
1.3. Solução 3 – Aquisição de novos equipamentos e softwares para prover internamente o serviço de PABX VoIP	36
2. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES.....	37
2.1. Solução implantada em outros órgãos ou entidade da Administração Pública?	37
2.2. Solução disponível no Portal do Software Público Brasileiro?	38
2.3. Solução composta por software livre ou público?	38
2.4. Solução é aderente aos requisitos definidos pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	39
2.5. Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil?	39
2.6. Solução é aderente aos requisitos do e-ARQ Brasil?	39
2.7. Solução é aderente ao Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI?.....	39
2.8. Identificada iniciativa similar na base de dados da Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário (Connect-Jus)?	39
2.9. Quadro comparativo das soluções considerando as aderências definidas por dispositivos legais	
2.10. Quadro comparativo das soluções considerando as necessidades básicas essenciais e obrigatórias	41
3. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DE CUSTOS.....	44
3.1. Estimativa de custos dos bens e serviços que compõem cada solução	44
3.2. Cálculo dos custos totais de propriedade (TCO) de cada solução.....	47
4. SOLUÇÕES DESCARTADAS	49
5. ESCOLHA DA SOLUÇÃO	49

5.1.	Descrição da Solução Escolhida e seus benefícios.....	49
6.	DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE CONTRATAÇÃO	50
IV.	ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO	51
1.	NATUREZA DO OBJETO	51
2.	PARCELAMENTO DO OBJETO.....	51
3.	ADJUDICAÇÃO DO OBJETO	53
4.	TIPO DE LICITAÇÃO OU MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	53
5.	RECURSOS E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	54
6.	EQUIPE DE APOIO À CONTRATAÇÃO	56
7.	INDICAÇÃO DE EQUIPE PARA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO	56
V.	PLANO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	57
1.	INTRODUÇÃO.....	57
2.	ROTINAS DE EXECUÇÃO	57
3.	QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO OU CONTROLE	59
4.	MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE A CONTRATADA E A ADMINISTRAÇÃO	60
5.	FORMA DE PAGAMENTO EM FUNÇÃO DOS RESULTADOS.....	60
VI.	PLANO DE GESTÃO DO CONTRATO	61
1.	INTRODUÇÃO.....	61
2.	CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO – MÉTRICA E PERIODICIDADE.....	61
3.	METODOLOGIA/FORMAS DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE E ADEQUAÇÃO DA SOLUÇÃO ÀS ESPECIFICAÇÕES FUNCIONAIS E TECNOLÓGICAS	62
4.	PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO DE NOTAS FISCAIS	63
VII.	PLANO DE SUSTENTAÇÃO E TRANSIÇÃO	64
1.	INTRODUÇÃO.....	64
2.	RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS.....	64
3.	CONTINUIDADE DO FORNECIMENTO EM EVENTUAL INTERRUPTÃO CONTRATUAL	64
4.	TRANSIÇÃO CONTRATUAL E ENCERRAMENTO DO CONTRATO.....	64
5.	INDEPENDÊNCIA DO ÓRGÃO COM RELAÇÃO À EMPRESA CONTRATADA.....	65
VIII.	ANÁLISE DE RISCOS	66
1.	INTRODUÇÃO.....	66
2.	MÉTRICAS E CONTROLES	66
3.	LEVANTAMENTO E AÇÕES PREVISTAS PARA REDUZIR OU ELIMINAR OS RISCOS	71
IX.	AUTORIA, CIÊNCIAS E APROVAÇÃO.....	81
1.	EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.....	81
2.	EQUIPE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (INDICAÇÃO)	81
3.	REVISÃO	81
4.	APROVAÇÃO DA SETIC	82

I – ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE

NÚCLEO DE CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE DO TRABALHO E TRANSPORTE

Servidora responsável: Renata Aparecida da Silva

E-mail: rasilva@trt24.jus.br

Telefone/ramal: (67) 3316-1734

2. OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Objetivo geral

Contratação de nova solução de telefonia corporativa em substituição à solução atual, obsoleta e com aviso de descontinuidade pelas operadoras desses serviços no Estado de Mato Grosso do Sul.

2.2. Objetivos específicos

Determinar a melhor solução de telefonia corporativa para substituição da solução atualmente contratada, cuja tecnologia analógica, baseada em cabos de cobre, é menos eficiente e mais dispendiosa.

A nova solução pode e deve utilizar-se da nova infraestrutura de rede recém contratada pelo TRT24 através do processo licitatório instruído no Processo Administrativo PROAD nº 24695/2022, otimizando os gastos públicos.

3. PROCESSO DE TRABALHO PARA O ESTUDO DA SOLUÇÃO

Para o presente estudo foram realizadas as seguintes atividades:

- a) Recepção e análise da demanda, na forma de continuidade de procedimentos previamente iniciados no Processo Administrativo PROAD nº 19034/2022;
- b) Verificação de disponibilidade orçamentária;
- c) Verificação de demanda e necessidade;
- d) Início da elaboração de ETP pela equipe da SETIC;
- e) Elaboração de planilha de preços simplificada;
- f) Levantamento e análise dos riscos envolvidos na fase de planejamento;

- g) Finalização dos Estudos Técnicos Preliminares pela equipe de planejamento da contratação com indicação de viabilidade da escolha da solução e indicação do tipo de certame licitatório;
- h) Encaminhamento para aprovação da solução recomendada;
- i) Elaboração da minuta do Termo de Referência com maior detalhamento do levantamento dos preços e atualização do mapa de riscos;

4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS

4.1. Justificativas apresentadas pela área demandante

A comunicação entre setores e o atendimento ao público é de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades e para a prestação jurisdicional do TRT24, assim, visando diminuir o tempo de atendimento e economizar recursos com a contratação de atendentes para controle eficiente das ligações, verificou-se a necessidade de automação do serviço de comunicação.

Contudo, o TRT24 utiliza ainda em algumas de suas localidades o sistema de telefonia analógica de par metálico junta à operadora. Tal tecnologia encontra-se em desuso, apresentando ainda várias desvantagens, dentre elas:

- Utilização de aparelhos telefônicos analógicos;
- Impossibilidade de uso de *softphones*, internamente ou externamente por servidores em teletrabalho;
- Linhas compartilhadas com muitos usuários;
- Custo maior para ampliação de demanda.

Ademais, decorrente da pandemia do Coronavírus, vários processos de trabalho foram modificados e muitos deles foram impactados, o que resultou numa mudança na forma de comunicação. Por conseguinte, o novo modo de produção de serviços, notadamente nos últimos três anos, ocasionou uma maior necessidade de flexibilização da comunicação por voz e dado no âmbito de todo o Tribunal, surgindo a demanda da utilização dos ramais, com baixo custo, por pessoas em teletrabalho.

Considerando este cenário, é importante ressaltar que já existem soluções de telefonia no mercado do tipo digital, que utilizam a infraestrutura de rede do Órgão e da própria Internet, denominadas genericamente de VoIP (*Voice over Internet Protocol* – Voz sobre IP).

Essas soluções digitais podem até mesmo dispensar a utilização de aparelhos telefônicos, já que, além dos aparelhos tradicionais (apenas no formato externo), também é possível a utilização de

softphones (programa de computador ou aplicativo que é instalado no dispositivo que fará as ligações VoIP) para realizar e receber ligações.

Ainda é necessário frisar que o atual contrato de nº 22/2019 (instruído no Processo Administrativo PROAD nº 2689/2019) terminará sua vigência em 23/10/2024, e já conta com a informação da operadora contratada que a tecnologia em uso já está descontinuada, o que reforça a necessidade de mudança na escolha da tecnologia nessa próxima contratação.

Diante do exposto, é crucial a modernização do sistema de telefonia para este Tribunal, com melhor utilização dos recursos tecnológicos contratados pelo TRT24 para sua nova rede de dados e consequentemente com a utilização dos novos recursos oferecidos pelas soluções do tipo VoIP.

4.2. Identificação do interesse público envolvido

A contratação de uma solução de telefonia baseada em VoIP (*Voice Over Internet Protocol – Vozx sobre IP*) por um órgão público pode ser justificada sob diversos aspectos do interesse público, conforme disposto na Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

É uma decisão estratégica que atende ao interesse público ao promover maior eficiência, economia, modernização, flexibilidade, segurança e sustentabilidade.

Essas justificativas estão em consonância com os princípios da Lei 14.133/2021, que valoriza a transparência, economicidade, eficiência e inovação na administração pública.

A seguir alguns dos principais pontos que detalham esses princípios:

4.2.1. Eficiência e economia

Redução de Custos: As soluções VOIP geralmente são mais econômicas em comparação com as linhas telefônicas tradicionais. Isso se dá pela menor necessidade de infraestrutura física (cabos, equipamentos) e custos menores com tarifas de chamadas, especialmente em ligações de longa distância ou internacionais.

Otimização de Recursos: A integração de sistemas VOIP com outras ferramentas de comunicação e sistemas de TI pode otimizar os processos internos, reduzindo a necessidade de manutenção e administração separadas para diferentes sistemas de comunicação.

4.2.2. Inovação, qualidade e modernização dos serviços

Melhoria na Qualidade do Atendimento: A tecnologia VOIP pode proporcionar uma melhor qualidade de áudio e funcionalidades avançadas como gravação de chamadas, atendimento automatizado, e outras funcionalidades que melhoram o atendimento ao público e a comunicação interna.

Inovação Tecnológica: A adoção de tecnologias modernas demonstra o compromisso do Judiciário com a inovação e a modernização, que podem resultar em um serviço mais ágil e eficiente.

4.2.3. Flexibilidade e mobilidade

Mobilidade: Soluções VOIP permitem que servidores e colaboradores se comuniquem de qualquer lugar com acesso à internet, facilitando o trabalho remoto e a continuidade das atividades em situações de emergência ou restrições de mobilidade.

Escalabilidade: A tecnologia VOIP pode ser escalada de acordo com a necessidade do órgão, permitindo fácil adição ou remoção de linhas e serviços conforme a demanda, sem grandes custos ou novos investimentos em infraestrutura.

4.2.4. Segurança e conformidade

Segurança das Comunicações: Sistemas VOIP modernos oferecem avançadas medidas de segurança para proteger as comunicações contra interceptações e outras ameaças, alinhando-se com as exigências de segurança do Judiciário e utilizando-se da própria infraestrutura de rede do órgão, incluindo suas soluções de segurança (p. ex.: Firewall).

Conformidade Legal: A adoção de VOIP pode ajudar na conformidade com legislações e regulamentações vigentes, tanto em termos de segurança da informação quanto de eficiência no uso de recursos públicos.

4.2.5. Sustentabilidade

Redução do Impacto Ambiental: Soluções baseadas em VOIP podem contribuir para a redução do consumo de recursos naturais e de energia, ao utilizar-se de infraestrutura de rede já disponível, alinhando-se com políticas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DA CONTRATAÇÃO

5.1. Planejamento Estratégico do TRT 24 2021-2026

A contratação da solução pretendida impacta nos seguintes objetivos:

- Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira – em razão dos valores dispendidos anualmente e sua recorrência (novas tecnologias);
- Fortalecer a governança e a gestão estratégica – trata-se de contratações recorrentes e que podem afetar o público destinatário final do sistema (comunicação);
- Promover o trabalho decente e a sustentabilidade – manutenção adequada de equipamentos pode aumentar a vida útil e reduzir gastos de operação (telefonia).

5.2. Plano Diretor de TIC 2023-2024

Iniciativa:

Projeto/Ação: 20240303.1 - Contratar solução de telefonia VoIP

Alinhamento:

Planejamento: PEI-TRT24 2021-2026.

Objetivo: Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados.

Orientação Estratégica: Disponibilidade de ferramentas de trabalho remoto e colaborativo.

5.3. Planejamento de Contratações Anual do TRT24 para 2024

A pretendida contratação consta do plano de contratações do TRT24 para o ano de 2024 e 2025. A nova contratação é necessária para substituição da solução atual, que está obsoleta e será descontinuada parcialmente, com substituição de tecnologia por parte das operadoras locais.

II – ESPECIFICAÇÕES, NECESSIDADES E REQUISITOS

1. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Situação Atual

Atualmente o TRT24 tem uma gama de contratos de telefonia analógica e de manutenção que abrangem a sua Sede, o Foro Trabalhista de Campo Grande e as diversas unidades no interior do Estado do MS:

- Processo Administrativo PROAD 20578/2020:

Contrato 05/2021 e aditivos: prestação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC), na modalidade serviço local, para a intermediação das ligações de telefones fixo para fixo e de fixo para móvel, com a instalação de 4 (quatro) links E-1, bidirecionais, conectados por fibra óptica a 2 mbps, para promover o entroncamento dos aparelhos PABX da sede do TRT da 24ª Região, do Fórum Trabalhista de Campo Grande - MS, do Fórum Trabalhista de Dourados - MS e do Fórum Trabalhista de Três Lagoas – MS.

Vigência de 30 meses a partir de 11.09.2023.

- Processo Administrativo PROAD 20575/2020:

Contrato 12/2020 e aditivos - prestação de serviço de telefonia fixa comutada (STFC), na modalidade longa distância nacional (LDN), intra-regional e inter-regional, para intermediação das ligações interurbanas de telefone fixo para fixo e de telefone fixo para móvel, originadas nas unidades pertencentes ao TRT da 24ª Região para todas as localidades pertencentes às regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Vigência de 30 meses a partir de 29.03.2023.

- Processo Administrativo PROAD 2689/2019:

Contrato 22/2019 e aditivos – prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC) na modalidade de serviços local (unidades do interior de MS);

Vigência até 23.10.2024, sem possibilidade de renovação em razão da descontinuidade da tecnologia.

- Processo Administrativo PROAD 19565/2023:

Contrato 31/2023 e aditivos - prestação de serviços de suporte técnico, operação e manutenção preventiva e corretiva das Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) – PABX, providas de tecnologias analógicas, digitais ou VOIP, com o fornecimento de peças e componentes genuínos do fabricante dos equipamentos.

Vigência até 28.08.2024.

- Processo Administrativo PROAD 24633/2022

Contrato 43/2023 – prestação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC), para prestação de serviços na modalidade de discagem direta gratuita – DDG, prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, com recebimento de ligações telefônicas de terminais telefônicos fixos e móveis, originadas no estado do mato grosso do sul e destinadas à Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

Vigência até 07.04.2026

A sede possui um PABX da marca AVAYA, com mais de 10 anos de uso, o Fórum Trabalhista de Campo Grande possui um PABX da marca Phillips, com mais de 20 anos de uso, e as unidades do interior possuem PABXs de pequeno porte de marcas diversas, sendo que nenhuma delas é integrada com as demais para configurações centralizadas.

A atual prestadora dos serviços STFC das localidades do interior de MS já está avisando desde 2022 que a tecnologia analógica está obsoleta e em substituição por tecnologia digital do tipo VoIP. O contrato atual só foi renovado pela operadora excepcionalmente, para dar sobrevida à tecnologia analógica e apenas para aguardar a adequação da infraestrutura de rede do TRT24, concretizada através da contratação das soluções instruídas no Processo Administrativo PROAD nº 24695/2022, já em fase final de instalações.

Ainda temos um contrato para prestação de serviços na modalidade de discagem direta gratuita – DDG, prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, com recebimento de ligações telefônicas de terminais telefônicos fixos e móveis, originadas no Estado do Mato Grosso do Sul e destinadas à Ouvidoria do TRT24, com estimativa de 70 (setenta) minutos mensais de ligações recebidas de telefones fixos locais, 30 (trinta) minutos de telefones fixos de qualquer outra localidade do MS (exceto Campo Grande) e 70 (setenta) minutos de ligações recebidas de telefones móveis.

1.2. Experiências adquiridas em contratações similares anteriores

Como demonstrado na situação atual, o sistema de telefonia do TRT24 é segmentado em vários contratos distintos, mas que ao final, juntos proveem um único serviço visível ao público interno e externo, a comunicação por voz pelo sistema telefônico.

A contratação pretendida é inédita no TRT24 nos moldes propostos, mas podemos nos valer de algumas experiências positivas e negativas oriundas dos contratos atuais, que podem nortear a nova contratação de forma que seja mais proveitosa, com fornecimento de novas funcionalidades e menores custos gerenciais, além de financeiros:

Experiências positivas:

- As dificuldades advindas das contratações atuais, quando solicitações aparentemente simples eram tidas como impossíveis ou de difícil solução, serviram para a busca dos motivos e possíveis soluções, consolidadas neste estudo técnico preliminar.

- Baseados na utilização atual, otimizamos a distribuição dos ramais, com necessidade de menos recursos físicos e linhas/canais para a nova contratação, com melhoria significativa na distribuição de ramais para as unidades do interior do Estado de MS.

Experiências negativas:

- Contratos segmentados, sem integração, com gerência e fiscalização também segmentadas, dificultando ou impossibilitando a implantação de todos os recursos possíveis ou desejados pelos usuários finais.

- Maiores custos financeiros e gerenciais.

- Necessidade de manutenções em equipamentos físicos, obsoletos, com grande dificuldade de localização, contratação e, após a contratação, de acionamento de empresas e/ou técnicos especializados.

1.3. Demanda

A demanda necessária teve como base a utilização atual, detalhada na tabela a seguir:

LOCALIDADES	QUANTIDADES		
	CANAIS	RAMAIS	DDR
TRT	30	200	201 ¹
FORUM DE C. GRANDE	20	100	104 ²
FORUM DE DOURADOS	10	20	3
FORUM DE T. LAGOAS	10	20	3
AMAMBAI	3	6	3
AQUIDAUANA	3	6	3
BATAGUASSU	3	6	3
CASSILÂNDIA	3	6	3
CHAPADÃO DO SUL	2	6	2
CORUMBÁ	3	6	3
COSTA RICA	2	6	2
COXIM	3	6	3
FÁTIMA DO SUL	3	6	3
JARDIM	3	6	3
MARACAJU	2	6	2
MUNDO NOVO	3	6	3
NAVIRAÍ	3	6	3
NOVA ANDRADINA	3	6	3
PARANAÍBA	3	6	3
PONTA PORÃ	3	6	3
RIBAS DO RIO PARDO	2	6	2
RIO BRILHANTE	3	6	3
SÃO GABRIEL DO OESTE	3	6	5
SIDROLÂNDIA	2	6	2
TOTAL	125³	460	368

Tabela 1 – Demanda detalhada com as quantidades de canais e ramais por localidade, considerando a capacidade total contratada, ainda que não totalmente instalada

¹ Inclui um número 0800 (DDG)

² Inclui alguns números fora do PABX

³ Cada localidade é independente, não compartilhando seus canais.

LOCALIDADES	QUANTIDADES		
	CANAIS	RAMAIS	DDR
TRT		230	230
FORUM DE C. GRANDE		100	100
FORUM DE DOURADOS		23	23
FORUM DE T. LAGOAS		23	23
AMAMBAI		6	6
AQUIDAUANA		6	6
BATAGUASSU		6	6
CASSILÂNDIA		6	6
CHAPADÃO DO SUL		6	6
CORUMBÁ		6	6
COSTA RICA		4	4
COXIM		6	6
FÁTIMA DO SUL		6	6
JARDIM		6	6
MARACAJU		4	4
MUNDO NOVO		6	6
NAVIRAÍ		6	6
NOVA ANDRADINA		6	6
PARANAÍBA		6	6
PONTA PORÃ		6	6
RIBAS DO RIO PARDO		4	4
RIO BRILHANTE		6	6
SÃO GABRIEL DO OESTE		6	6
SIDROLÂNDIA		4	4
TOTAL	90⁴	488	488

Tabela 2 – Demanda detalhada com as quantidades de canais e ramais por localidade, ajustada com base nas quantidades efetivamente a serem utilizadas

Os canais correspondem à quantidade de ligações **simultâneas** que podem ser realizadas/recebidas para/de telefones de fora do TRT24 (considerando todas as localidades).

1.4. Requisitos tecnológicos

Contratação de uma nova solução de telefonia corporativa para substituição da solução atualmente contratada, que está obsoleta e com informação de descontinuidade da tecnologia analógica prestada pela operadora no Estado de Mato Grosso do Sul.

⁴ Canais compartilhados entre todas as localidades, como uma solução única

A nova solução deve ser do tipo digital e utilizar a nova infraestrutura de rede recém contratada pelo TRT24, que já previu em seu dimensionamento a utilização da tecnologia digital VoIP, otimizando os custos do TRT24.

A solução adotada pela Contratada deverá atender a todas as normas técnicas exigidas pelos órgãos públicos competentes e responsáveis pela regulamentação, controle e fiscalização do meio físico, da conexão lógica, do tipo de transmissão, da velocidade de tráfego e largura de banda utilizada.

A Contratada deverá garantir que todo o tráfego de origem/destino entre os gateways SIP FXS dos sites remotos e origem/destino ao seu data center seja exclusivamente dedicado aos serviços contratados pelo TRT24, promovendo a segurança das informações trafegadas, se responsabilizando por eventuais ataques cibernéticos.

A responsabilidade pela segurança dos dados trafegados na rede do TRT24 (LAN/WAN MPLS, ADSL, VPN, SD-WAN) em funcionamento serão das operadoras contratadas pelo TRT24 para este fim.

Compatibilidade com os aparelhos a serem adquiridos pelo TRT24 em 2024/2025: Modelos YEALINK / T31G e Flyingvoice / P10G com fonte.

1.4.1. Topologia simplificada da rede LAN/WAN do TRT24

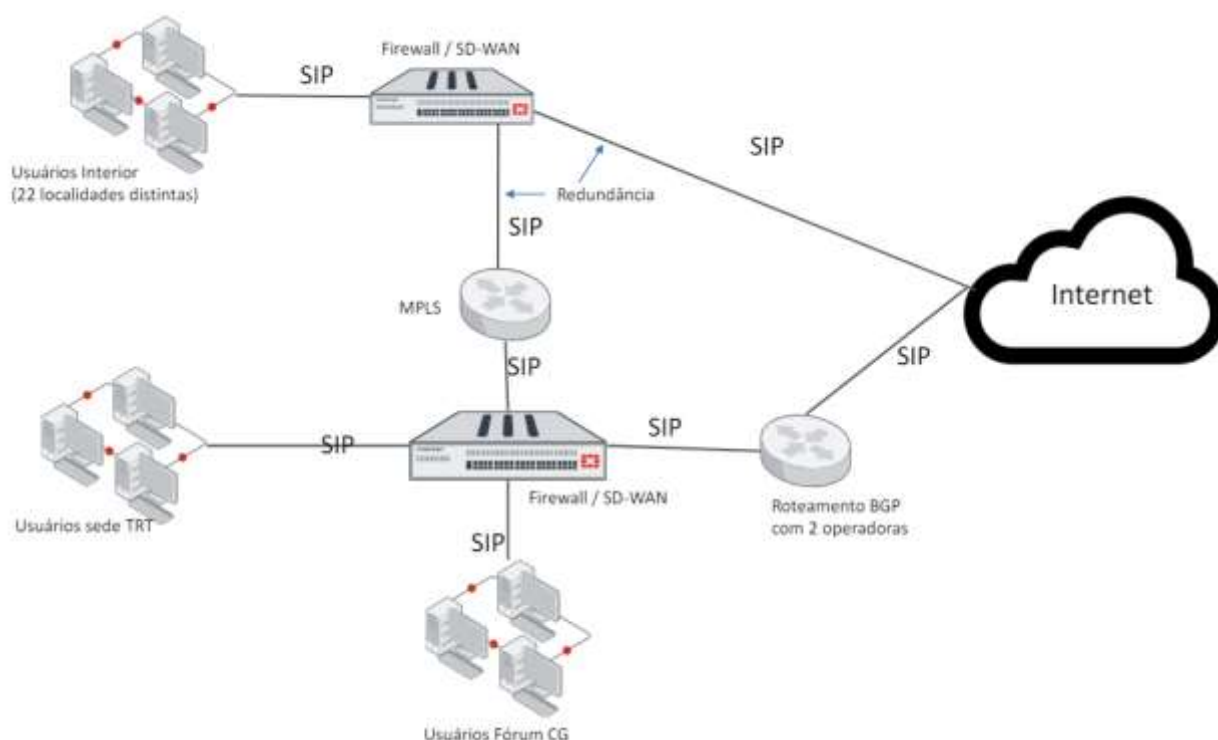


Figura 1 – Topologia simplificada da rede WAN do TRT24

1.4.1.1. Detalhamento dos Links MPLS

Item	Localidades	Bandas	Quantidade de links
01 - Link Concentrador	Sede do TRT24 – Campo Grande	800 Mbps	01
02 – Links para Fóruns Trabalhistas	Dourados Três Lagoas	100 Mbps	02
03 – Links para Varas Trabalhistas	Amambai, Aquidauana, Bataguassu, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Fátima do Sul, Jardim, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Rio Brilhante, São Gabriel do Oeste	50 Mbps	15
04 – Links para Postos Avançados e Varas Itinerantes	Cassilândia, Costa Rica, Maracaju, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia	20 Mbps	05

Tabela 3 – Detalhamento dos links MPLS disponíveis.

1.4.1.2. Detalhamento dos Links IP dedicado

Item	Localidades	Bandas Mínimas	Quantidade de links
01 – Links para Fóruns Trabalhistas do interior	Dourados Três Lagoas	100 Mbps	02
02 – Links para Varas Trabalhistas	Amambai, Aquidauana, Bataguassu, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Fátima do Sul, Jardim, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Rio Brilhante, São Gabriel do Oeste	50 Mbps	15
04 – Links para Postos Avançados e Varas Itinerantes	Cassilândia, Costa Rica, Maracaju, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia	20 Mbps	05

Tabela 4 – Detalhamento dos links com IP dedicados disponíveis.

1.4.1.3. Detalhamento dos Serviços SD-WAN

Item	Localidades	Capacidades de Throughput Threat Prevention	Usuários	Quantidade de sites
01 - Concentrador	Sede do TRT24 – Campo Grande	10 Gbps	600	01
02 – Unidades do interior	Amambai, Aquidauana, Bataguassu, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Fátima do Sul, Jardim, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Rio Brilhante, São Gabriel do Oeste, Cassilândia, Costa Rica, Maracaju, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia	500 Mbps	50	22

Tabela 5 – Detalhamento dos serviços SD-WAN disponíveis.

1.4.1.4. Detalhamento do Link Provedor de Internet IP - A

Item	Localidade	Banda	Quantidade de links
01 – Link Internet IP com antiDDoS	Campo Grande	1000 Mbps	01

Tabela 6 – Detalhamento do link do provedor de Internet A.

1.4.1.5. Detalhamento do Link Provedor de Internet IP - B

Item	Localidade	Banda	Quantidade de links
01 – Link Internet IP com antiDDoS	Campo Grande	1000 Mbps	01

Tabela 7 – Detalhamento do link do provedor de Internet B.

1.4.1.6. Metodologia de trabalho e logística de implementação

Com o intuito de alinhamento e maiores detalhes decorrentes da Solução de PABX em Nuvem entre o TRT24 e a Contratada, será realizada reunião de início de projeto (*kick off*) em até 05 (cinco) dias consecutivos após a assinatura do contrato, na qual os seguintes tópicos serão abordados e registrados e detalhados no Projeto de Execução a ser entregue pela Contratada, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a reunião:

- Fornecimento para a Contratada das faixas de endereçamento IP das LANs de cada site remoto e do site central da Contratante;
- Elaboração de plano de numeração por site, com preferência pela portabilidade dos números atualmente em operação;

- Fornecimento para a Contratada de detalhes técnicos dos roteadores dos sites remotos e do site central da rede de dados WAN MPLS do TRT24, para que a Contratada elabore, documentação com as configurações necessárias para implementação de Qualidade de Serviço (QoS) e outros parâmetros que se façam necessários para garantir o pleno e perfeito funcionamento da solução contratada;
- Fornecimento para a Contratada de detalhes técnicos dos switches LAN dos sites remoto e central do TRT24, para que a Contratada elabore documentação com as configurações necessárias para implementação de Qualidade de Serviço (QoS) e outros parâmetros que se façam necessários para garantir o pleno e perfeito funcionamento da solução contratada;
- Fornecimento para a Contratante de especificações de segurança, como as portas TCP e UDP necessárias para pleno funcionamento dos serviços contratados, de forma que a Contratante crie políticas de firewall, caso sejam necessárias, de acordo com a topologia e requisitos de segurança definidos;
- Apresentação das etapas para implantação do serviço por sites, para que a Contratada elabore cronograma de ativação dos sites central e remotos, que será balizador para o pedido de portabilidade numérica à Anatel;
- Definição do período de treinamento;
- Definição da tecnologia utilizada para interligação do site central do TRT24 e o datacenter da Contratada, incluindo o tipo de tecnologia de acesso.

O rol de tópicos apresentados não é exaustivo, podendo surgir outros tópicos a serem abordados por parte do TRT24, assim como da Contratada.

1.5. Requisitos do negócio

Os requisitos do negócio estão resumidos na tabela a seguir:

Item	Descrição	Classificação
1	Solução com tecnologia digital do tipo VoIP.	Essencial
2	Utilização da infraestrutura de rede do TRT24.	Essencial
3	Comunicação entre todas as unidades do TRT24.	Essencial
4	Mínimo de 3 troncos de 30 canais, para ligações simultâneas, compartilhadas para toda a solução	Essencial
5	488 ramais IP.	Essencial

6	488 DDRs. A solução deve permitir a portabilidade de todos os números atualmente em uso pelo TRT24.	Essencial no que for aplicável
7	Compartilhamento de cada ramal para pelo menos 2 pontos distintos.	Essencial no que for aplicável
8	Disponibilização de linha DDG 0800 para recebimento de ligações originadas a partir de telefones fixos e móveis de todo o Estado de MS, com portabilidade do número atualmente em uso, se viável tecnicamente.	Essencial no que for aplicável
9	Realizar chamadas de voz para telefones fixos no sistema STFC.	Essencial
10	Realizar chamadas de voz para telefones celulares do Serviço Móvel Pessoal (SMP).	Essencial
11	Realizar ligações de longa distância nacionais (LDN).	Essencial
12	As chamadas de voz devem ser ilimitadas e gratuitas entre todos os ramais.	Essencial
13	As chamadas de voz devem ser ilimitadas e gratuitas para telefones fixos e móveis para qualquer localidade do Brasil.	Essencial
14	Possuir níveis de serviço iguais ou superiores aos existentes nos contratos atuais.	Essencial
15	A solução deve estar disponível 24 horas por dia.	Essencial
16	Permitir a instalação de ramais telefônicos em quantidade igual ou superior às contratações vigentes.	Essencial
17	Custo da solução compatível com o orçamento disponível para as contratações atuais.	Essencial
18	A solução deve efetuar uma migração transparente, eliminando a necessidade de capacitação dos usuários.	Essencial
19	A solução deve atender a legislação referente à telefonia, em especial as normas e demais regulamentações da ANATEL.	Essencial
20	A manutenção da solução (equipamentos, softwares e licenças necessárias) deve ficar a cargo da CONTRATADA.	Essencial
21	A solução contratada deve se adequar às normas e políticas de segurança da informação estabelecidas pelo TRT24, incluindo a LGPD.	Essencial
22	Disponibilização de pelo menos 5 (cinco) URAs (unidade de resposta audível) independentes.	Essencial
23	Disponibilização de filas de atendimentos, com recursos de informações para tempo de espera e quantidades na fila.	Essencial
24	Disponibilização de <i>softphones</i> para realização e recebimento de chamadas para Windows, MacOS, Android e iOS, para as duas últimas versões de cada SO.	Essencial
25	Gravação em nuvem das ligações, com duração mínima de 90 (noventa) dias e possibilidade de downloads, para 20 ramais, no mínimo.	Essencial
26	Agrupamento de linhas determinadas em fila única para atendimento de ligações por quaisquer das linhas agrupadas, de forma simultânea em <i>helpdesk</i> da contratante, a partir de ligações recebidas por quaisquer das linhas agrupadas.	Essencial
27	Agrupamento de linhas determinadas em fila única para atendimento de ligações por quaisquer das linhas agrupadas, redirecionando para número de <i>helpdesk</i> terceirizado pela contratante, a partir de ligações recebidas por quaisquer das linhas agrupadas.	Essencial
28	Utilização de cada ramal em vários dispositivos, com configuração de como irão tocar, de forma sequencial ou simultaneamente.	Essencial
29	Interface web para configuração de grupos, filas, pela próprio TRT24, sem prejuízo de configurações realizadas pela contratada, mediante chamados técnicos.	Essencial

Tabela 8 – Lista de requisitos da solução a ser contratada.

1.5.1. Numeração dos telefones para portabilidade:

LOCALIDADE	ENDEREÇO	NÚMEROS DE TELEFONES PARA PORTABILIDADE	QTDE. DE NÚMEROS PARA PORTABILIDADE	QTDE. DE NOVOS NÚMEROS	QTDE. TOTAL
SEDE DO TRT24 CAMPO GRANDE	Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 208 CEP 79031-908	(67) 3316-1700 a 1899 0800 731 0087	201	29	230
FORUM DE CAMPO GRANDE	Rua Jornalista Belizario Lima, 418, VL Gloria CEP 79004-915	(67) 3316-1900 a 1999	100	0	100
FORUM DE DOURADOS	Rua Visconde de Taunay, 250 CEP 79814-140	(67) 2108-1850 a 1869 (67) 3422-3294 / 3422-3289 / 3423-4556	23	0	23
FORUM DE TRÊS LAGOAS	Av. Clodoaldo Garcia, 350 CEP 79630-000	(67) 2105-9600 a 9619 (67) 3524-9529 / 3524-1651 / 3524-6251	23	0	23
AMAMBAI	Rua Benjamin Constant, 929 CEP 79990-000	(67) 3481-2030 / 3481-1734 / 3481-3317	3	3	6
AQUIDAUANA	Rua Luis da Costa Gomes, 473 CEP 79200-000	(67) 3241-3439 / 3241-4252 / 3241-7296	3	3	6
BATAGUASSU	Avenida Campo Grande, 105 CEP 79780-000	(67) 3541-3715 / 3541-3465 / 3541-3573	3	3	6
CASSILÂNDIA	Rua Juvenal Rezende e Silva, 299 CEP 79540-000	(67) 3596-6204 / 3596-6220 / 3596-6222	3	3	6
CHAPADÃO DO SUL	Avenida Onze nº 1.062, Centro CEP 79560-000	(67) 3562-2753 / 3562-2041	2	4	6
CORUMBÁ	Alameda Joaquim Alcides Pereira, 16 CEP 79303-060	(67) 3231-3977 / 3232-1123 / 3232-3713	3	3	6
COSTA RICA	Rua Ambrosina P. Coelho, Quadra 15, Lote 10, Centro CEP 79550-000	(67) 3247-3014 / 3247-3366	2	2	4
COXIM	Rua Joao Pessoa, 247 CEP 79400-000	(67) 3291-1476 / 3291-1666 / 3291-4337	3	3	6
FÁTIMA DO SUL	Rua Marechal Rondon, 1295 CEP 79700-000	(67) 3467-4221 / 3267-1220 / 3467-1230	3	3	6
JARDIM	Avenida Duque de Caxias, s/ nº CEP 79240-000	(67) 3251-2225 / 3251-3049 / 3251-5744	3	3	6
MARACAJU	Rua Francisco Marcondes, 301, Centro CEP: 79150-000	(67) 3454-7976 / 3454-3519	2	2	4
MUNDO NOVO	Av. Castelo Branco, 219 CEP: 79980-000	(67) 3474-1747 / 3474-1888 / 3474-2337	3	3	6
NAVIRAÍ	Avenida Caarapó, 788 CEP 79950-000	(67) 3461-0017 / 3461-0016 / 3461-0018	3	3	6
NOVA ANDRADINA	Rua José Gomes da Rocha, 1249 CEP 79750-000	(67) 3441-2133 / 3441-1146 / 3441-2006	3	3	6
PARANAÍBA	Rua José Robalinho da Silva, 130 CEP 79500-000	(67) 3503-1282 / 3503-1107 / 3503-1117	3	3	6
PONTA PORÃ	Travessa dos Poderes, 183 CEP 79904-192	(67) 3431-4911 / 3431-2274 / 3431-2954	3	3	6
RIBAS DO RIO PARDO	Rua Conceição do Rio Pardo, 1681 CEP 79180-000	(67) 3238-1758 / 3238-1787	2	2	4

RIO BRILHANTE	Rua Etelvina Vasconcelos, Nº 198 CEP 79130-000	(67) 3452-2026 / 3452-2025 / 3452-2027	3	3	6
SÃO GABRIEL DO OESTE	Av. Castelo Branco, 473 CEP 79490-000	(67) 3295-4462 / 3295-1939 / 3295-4462 (67) 3295-1939 / 3295-4887	5	1	6
SIDROLÂNDIA	Rua São Paulo, 1150 CEP 79170-000	(67) 3272-5393 / 3272-2441	2	2	4
TOTAL			404	84	488

Tabela 9 – Distribuição dos números telefônicos para portabilidade, por localidade

Não sendo possível a portabilidade do número para a cidade de origem, será aceita uma numeração da localidade mais próxima, onde o custo de uma ligação originada dessa cidade seja o de uma ligação local ou de menor distância possível (DDD), tanto de telefones fixos quanto de móveis.

1.6. Requisitos de sustentabilidade

1.6.1. Manifestação da Seção de Sustentabilidade e Acessibilidade do TRT24

Como não haverá necessidade de aquisição de equipamentos, conforme descrito no item 1.7 do ETP, os critérios de sustentabilidade a serem inseridos são apenas os relativos à contratação do serviço:

Em atendimento ao disposto na Resolução CSJT nº 310/2021, que aprovou o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, serão observados os seguintes critérios de sustentabilidade:

1. A CONTRATADA deve empregar, se for o caso, um número de jovens aprendizes equivalentes a cinco por cento (5%), no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

A. Em atendimento ao inciso III, art. 51 da Lei Complementar 123/2006, ficam dispensadas as empresas de pequeno porte e microempresas de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem.

2. A CONTRATADA deverá cumprir, se for o caso, o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.

A. O cumprimento deste subitem poderá ser demonstrado mediante consulta à Certidão do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link: <http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/emitir.seam?cid=1117299>

3. A empresa deverá declarar, antes da efetivação da contratação, de acordo com a Resolução nº 310, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de 24 de setembro de 2021, as seguintes condições:

- A. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.
- B. Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.
- C. O cumprimento deste subitem poderá ser demonstrado mediante consulta ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>

1.7. Requisitos de garantia e manutenção

A garantia de pleno funcionamento da solução contratada deve perdurar por toda a vigência contratual e os procedimentos e prazos para manutenções e soluções dos problemas serão especificados em tópico apropriado.

A Contratada deverá gerenciar a solução de PABX em Nuvem, incluindo nesse gerenciamento os roteadores ou gateways SIP FXS dos sites central e remotos e os links e/ou enlaces dedicados que interligarão o site central do TRT24 ao seu data center, se necessários para implementação de sua solução, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana. A gerência deverá incluir o fornecimento de uma Central de Atendimento, que também estará disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, que fará o registro e acompanhamento dos chamados (de forma passiva e proativa), resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas.

A Central de Atendimento da Contratada deverá estar disponível para contato por meio de ligações telefônicas gratuitas (0800), ou um número de telefone fixo, sendo imprescindível que os funcionários de atendimento da Contratada conheçam a solução contratada e estejam aptos a dar as informações básicas sobre o serviço.

A Contratada deverá realizar o início do atendimento no prazo máximo de 02 (duas) horas a partir da abertura de chamado na sua gerência proativa.

A prestação de assistência técnica nas dependências do Tribunal deverá ser feita por técnicos identificados. O Tribunal poderá solicitar comprovação da Contratada de que o técnico faz parte do quadro funcional da Contratada ou da prestadora de serviço por ela subcontratada. A assistência técnica será prestada nos dias úteis, no horário compreendido entre 8h e 17h, salvo os casos de interrupção total dos serviços, quando o ingresso às dependências do TRT24 deverá ser realizado, independentemente do horário citado, com a devida autorização da Fiscalização.

A Contratada deverá possuir e disponibilizar monitoração dos links e/ou enlaces dedicados e dos equipamentos que compõem a solução contratada, e disponibilizar, através de seu Portal de Acompanhamento dos Serviços, informações sobre os serviços prestados. Entende-se como Portal de Acompanhamento dos Serviços, qualquer ferramenta de gerência acessível através da Internet por intermédio de um navegador web, com acesso restrito através de usuário/senha eletrônica, e utilizando o protocolo HTTPS.

O Portal de Acompanhamento dos Serviços deverá possibilitar que o Tribunal realize consultas, visualize e imprima relatórios das informações de desempenho dos serviços prestados.

1.8. Requisitos de garantia da execução contratual

Considerando que os pagamentos pelos serviços prestados serão mensais, realizados somente após os atestes da fiscalização, e que obrigações futuras seriam limitadas a cada mês de prestação dos serviços, eventual pedido de garantia de execução contratual não seria necessário para esse fator.

Porém, considerando o escopo Regional da contratação, a necessidade de alta disponibilidade, motivada pela alta criticidade dos serviços, cremos ser recomendável a exigência de garantia de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, considerando seu valor anual, numa das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de

custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) Seguro garantia;

c) Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) Outras modalidades previstas em Lei.

1.9. Requisitos para adequação à política de segurança da informação

A contratada deverá:

- Observar, no que couber, a Política de Segurança da Informação e Comunicações e demais normas de segurança da informação e proteção de dados pessoais do TRT24.
- Observar, no que couber, as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em nome do TRT24.
- Tratar os dados pessoais apenas em conformidade com as instruções do TRT24, a fim de cumprir suas obrigações contratuais, jamais para qualquer outro propósito.
- Adotar controles e melhores práticas visando a preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações e dos dados pessoais tratados em nome do TRT24.

1.10. Necessidades de adequações no órgão para execução da contratação

Avaliamos as necessidades de adequação do ambiente do órgão para viabilizar a execução contratual nos seguintes aspectos:

Item	Necessidades
INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA	Utilização da infraestrutura de rede interna do TRT24, com ajustes apenas nas configurações dos equipamentos (QoS).
INFRAESTRUTURA ELÉTRICA	Utilização da infraestrutura elétrica do TRT24 e de todas as suas unidades.
LOGÍSTICA DE IMPLANTAÇÃO	A contratada deverá realizar as configurações necessárias para a entrega dos serviços contratados em todas as localidades do TRT24. Será permitida a configuração remota de qualquer localidade, com o apoio das equipes de Infraestrutura e de Segurança da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT24.
ESPAÇO FÍSICO	Em caso de eventual necessidade de equipamentos de rede da contratada, estes devem ser instalados nas salas técnicas das diversas localidades do TRT24, com apoio da equipe de Infraestrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT24.
MOBILIÁRIO	Em caso de eventual necessidade de equipamentos de rede da contratada, estes devem ser instalados nos racks de propriedade do TRT24, com apoio da equipe de Infraestrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT24.
IMPACTO AMBIENTAL	Por tratar-se de serviços com tecnologia digital, a princípio sem necessidade de equipamentos adicionais, não identificamos impactos ambientais no uso comum desses serviços.

Tabela 10 – Adequações necessárias para a execução da contratação.

1.11. Requisitos de capacitação

A Contratada deverá ministrar treinamento referente ao serviço que será contratado, para uma turma de até 6 (seis) servidores designados pelo TRT24, com carga horária mínima de 6 horas, abrangendo, pelo menos, os seguintes tópicos:

- Introdução à Tecnologia SIP;
- Topologia da Solução;
- Administração e Operação das Ferramentas disponibilizadas;
- Administração e Operação do Sistema de Gerenciamento dos Serviços.

Deverão ser disponibilizados pela Contratada o material didático e os Certificados de conclusão após o término do treinamento.

O treinamento deverá ser ministrado por profissional da Contratada ou por empresa subcontratada, que conheça a solução e tecnologias empregadas.

O treinamento poderá ser realizado à distância ou presencialmente, a critério da Contratada.

Caso seja selecionada a modalidade à distância, a Contratada deverá prover a plataforma EAD para realização do treinamento, dar o suporte técnico necessário aos servidores do TRT24 para correta utilização e garantir o bom desempenho da ferramenta (boa qualidade de vídeo e áudio, sem indisponibilidades e falhas, etc.).

Caso seja escolhida a modalidade presencial, o treinamento deverá ser realizado na cidade de Campo Grande, MS, em ambiente disponibilizado pelo TRT24, sem custos para a Contratada, com toda infraestrutura necessária ao desenvolvimento da atividade, tais como: hardware e software adequados (projektor, computador(es), quadro branco), climatização, banheiro(s), e sala com tamanho adequado para 6 (seis) servidores do Tribunal, seguindo os protocolos de higiene e saúde recomendados pelas autoridades sanitárias à época de sua realização.

1.12. Requisitos de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, onde os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva:

1.12.1. Habilitação jurídica:

- **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

- **Sociedade cooperativa:** I) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971; II) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados; III) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual; IV) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107; V) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; VI) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; VII) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- **Consórcios:** Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei n.º 14.133/2021.
 - A empresa consorciada fica impedida de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.
 - Deverá ser entregue junto com os documentos de habilitação:
 - ✓ Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
 - ✓ Documento com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.
 - A empresa líder será a representante e responsável por todas as comunicações e informações do Consórcio e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.
 - Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

- A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo TRT da 24ª Região e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.
- A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- Em relação à habilitação econômico-financeira, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio, em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados.

1.12.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual.

1.12.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, Art. 69, caput, inciso II);
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
 - índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado de cada item da contratação.
 - Em caso de parcelamento do objeto, e caso a empresa licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, o valor do patrimônio líquido será correspondente a soma das parcelas.
- As empresas em situação de recuperação judicial poderão participar deste Pregão se comprovarem que o plano de recuperação foi acolhido judicialmente, nos termos do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.

1.12.4. Qualificação Técnica

O conjunto das exigências de qualificação técnica -é necessário para garantir que a empresa tenha um mínimo de experiência com o objeto a ser contratado e condições de cumprir com as especificações da contratação, e são as seguintes:

- A licitante deverá apresentar Termo de Direito/ Delegação/Autorização/ Concessão/ Outorga de Operação, expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para prestação do Serviço de Telefonia Fixa Comutado (STFC) e Longa Distância Nacional (LDN), com outorga de operação no Mato Grosso do Sul ou em todas as localidades com presença de unidades físicas do TRT24;
- A licitante deverá apresentar Termo de Autorização da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM);
- A licitante deverá apresentar comprovação de que suas instalações, onde os serviços serão processados e as informações armazenadas possuem certificação TIER 3 (Rated-3) no Padrão TIA-942; OU, certificação Tier III do sistema Tier Standards do Instituto Uptime; OU, Declaração de que seu Datacenter possua características similares às certificações anteriores, contendo, no mínimo: i) Redundância física e lógica do datacenter, ii) Disponibilidade mínima mensal acima de 99,5%, iii) Banco de baterias com Grupo Motor Gerador (GMG) para os casos de falta de alimentação AC, iv) Climatização redundante.
- A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica em nome da licitante, pessoa jurídica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu e/ou está fornecendo os serviços e cuja parcela de maior relevância técnica tenha sido a instalação de solução similar ao objeto desta licitação, com no mínimo 240 ramais;
 - As características aqui exigidas (Acervo Técnico Operacional) não precisam constar de um mesmo serviço.
 - Será admitida a apresentação de mais de um atestado que, somados, comprovem a experiência requerida da empresa no serviço de referência, contemplando todas as características qualitativas exigidas acima, mesmo que em serviços distintos.

- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

1.12.5. Formação de consórcios

Apesar da natureza comum do objeto, a complexidade se manifesta na necessidade de implementação em diversas unidades localizada no interior do Estado do MS, de uma solução única e integrada, com gerência centralizada.

Considerando que nem todas as empresas operam em todas as localidades, será permitida a formação de consórcios para possibilidade de atendimento de todas as localidades.

1.12.6. Subcontratação

A subcontratação será permitida apenas para os recursos de DDR, até o limite de 30% do valor total da contratação, respeitando-se o mesmo percentual nos valores mensais.

Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a contratada deverá apresentar documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado de atendimento da parte do objeto a ser subcontratado, na razão de 25% do objeto a ser licitado.

A prestação dos serviços de configurações gerais e específicas, atualizações de softwares e de qualquer elemento tecnológico utilizado pela solução poderá ser realizada por assistência técnica ou parceiro credenciado pela contratada, sem prejuízo de suas obrigações contratuais.

1.13. Requisitos de vistoria prévia

- O representante legal da empresa, preferencialmente, deverá vistoriar previamente as instalações físicas da localidade da Sede do TRT24, e, opcionalmente, uma ou mais das demais localidades do objeto dessa Licitação, para o conhecimento do objeto licitado, não se aceitando alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham a compor a proposta de preços a ser apresentada;

- A vistoria poderá ser realizada até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da realização da licitação, no horário das 08:00 às 17:00, de segunda à sexta-feira, em dias úteis e deverá ser agendada/marcada com a SETIC/DITIC – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações/Divisão de Infraestrutura de TIC, do TRT24, sendo os endereços e telefones dos locais a serem vistoriados constantes em anexo ao Termo de Referência;
- Realizada a Vistoria, será fornecido/emitido o “Termo de Vistoria” em papel timbrado do próprio TRT24:
 - para a sede do TRT24 e para o Fórum de Campo Grande, pelo Chefe da Divisão de Infraestrutura de Redes ou por Servidor por esse designado;
 - para as demais localidades, pelo Diretor de Foro ou de Secretaria, Supervisor ou Chefe da localidade ou por Servidor por esses designados;
- O “Termo de Vistoria” poderá ser substituído por “Declaração de Conhecimento das Condições das Instalações e dos Locais” do objeto desta Licitação, firmada pelo representante legal da empresa, em papel timbrado da empresa licitante, declarando, sob as penas da lei, para os fins que se façam necessários, que está ciente da condição de todos os locais objeto desta Licitação, abdicando assim a empresa a qual representa, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame;
- Após a emissão do “Termo de Vistoria” ou uma vez apresentada a “Declaração de Conhecimento das Condições das Instalações e dos Locais” do objeto desta Licitação, não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham compor a proposta de preços a ser apresentada;
- O “Termo de Vistoria” ou a “Declaração de Conhecimento das Condições das Instalações e dos Locais” do objeto desta licitação deverão compor a proposta comercial da licitante.

III - IDENTIFICAÇÃO DAS DIFERENTES SOLUÇÕES DE TIC

1. OPÇÕES DE MERCADO

Identificamos e analisamos as soluções disponíveis que viabilizam o atendimento das necessidades da área demandante:

1.1. Solução 1 – Solução de serviços comuns de telefonia fixa, através de novas contratações ou renovação dos contratos com a solução vigente (solução atual).

A solução atual engloba 5 (cinco) contratos interdependentes:

I. Processo Administrativo PROAD 20578/2020:

Contrato 05/2021 e aditivos: prestação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC), na modalidade serviço local, para a intermediação das ligações de telefones fixo para fixo e de fixo para móvel, com a instalação de 4 (quatro) links E1, bidirecionais, conectados por fibra óptica a 2 mbps, para promover o entroncamento dos aparelhos PABX da sede do TRT da 24ª Região, do Fórum Trabalhista de Campo Grande - MS, do Fórum Trabalhista de Dourados - MS e do Fórum Trabalhista de Três Lagoas – MS.

Vigência de 30 meses a partir de 11.09.2023.

II. Processo Administrativo PROAD 20575/2020:

Contrato 12/2020 e aditivos - prestação de serviço de telefonia fixa comutada (STFC), na modalidade longa distância nacional (LDN), intra-regional e inter-regional, para intermediação das ligações interurbanas de telefone fixo para fixo e de telefone fixo para móvel, originadas nas unidades pertencentes ao TRT da 24ª Região para todas as localidades pertencentes às regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Vigência de 30 meses a partir de 29.03.2023.

III. Processo Administrativo PROAD 2689/2019:

Contrato 22/2019 e aditivos – prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC) na modalidade de serviços local (unidades do interior de MS);

Vigência até 23.10.2024, sem possibilidade de renovação ou de nova contratação em razão da descontinuidade da tecnologia.

IV. Processo Administrativo PROAD 19565/2023:

Contrato 31/2023 e aditivos - prestação de serviços de suporte técnico, operação e manutenção preventiva e corretiva das Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) – PABX, providas de tecnologias analógicas, digitais ou VOIP, com o fornecimento de peças e componentes genuínos do fabricante dos equipamentos.

Vigência até 28.08.2024.

V. Processo Administrativo PROAD 24633/2022

Contrato 43/2023 – prestação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC), para prestação de serviços na modalidade de discagem direta gratuita – DDG, prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, com recebimento de ligações telefônicas de terminais telefônicos fixos e móveis, originadas no estado do mato grosso do sul e destinadas à Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

Vigência até 07.04.2026

As Centrais Telefônicas tradicionais, como as em uso pelo TRT24, estão caindo em desuso e em consequência disso seu custo de manutenção se torna mais elevado a cada ano, pois diminui o número de empresas que disponibilizam tais serviços. O próprio contrato 22/2019 não permite mais sua renovação em face à descontinuidade do serviço, motivado pela sua obsolescência.

Ademais, o serviço de telefonia atual não permite à administração do TRT24 manter os gastos com ligações limitados a um valor fixo, visto que a tarifação do serviço é proporcional ao seu uso, ainda que esse sistema de cobrança esteja caindo em desuso.

A gestão contratual também é penalizada pela necessidade de manutenção de 5 (cinco) contratos distintos, que garantem ao final uma só solução.

Desta forma, vemos que tanto do ponto de vista técnico quanto do administrativo, a solução atual não só não é a mais adequada para atendimento das necessidades do TRT24, quanto é impossível, visto a impossibilidade de renovação de um dos contratos ou mesmo de nova contratação com a tecnologia atual.

1.2. Solução 2 – Contratação de um único PABX Virtual em Nuvem, com fornecimento de ramais IP

Contratação de empresa especializada, autorizada pela ANATEL, para prestação de serviços de telefonia, incluindo o fornecimento e configuração de PABX virtual em nuvem, chamadas ilimitadas de voz para telefones fixos e móveis de todo o território nacional.

Essa solução não exige investimento em infraestrutura nos locais onde o serviço será prestado, visto que a rede da Justiça do Trabalho no MS será utilizada como canal de comunicação. Como esta rede já está instalada e preparada para a tecnologia de voz sobre IP, o foco de investimento da contratada será em seus próprios *datacenters* (nuvem), que também serão utilizados por outros clientes, diluindo os custos para a contratada e aumentando o interesse de participação na licitação.

Além disso, como a solução emprega ramais IP, elimina-se a necessidade de cabeamento e conectores próprios para telefonia, já obsoletos, utilizando-se a o cabeamento e as tomadas RJ45 existentes nos locais de instalação, de forma compartilhada com os computadores.

A alimentação elétrica dos ramais poderá ser fornecida pelo próprio cabo de rede (tecnologia POE), para isto, basta que cada ramal IP seja instalado em um switch POE, eliminando a necessidade de tomadas de energia adicionais nos locais de instalação, embora não se descarte também essa possibilidade.

1.3. Solução 3 – Aquisição de novos equipamentos e softwares para prover internamente o serviço de PABX VoIP

Solução similar à anterior, porém demandaria a aquisição de equipamentos e softwares próprios, além de equipe especializada e dedicada à sua implementação, manutenção e configurações recorrentes.

Adicionalmente essa modalidade ainda demandaria a contratação de empresas especializadas para prover a integração com os serviços públicos de telefonia fixa e móvel (STFC, LDN e SMP), e/ou a contratação de links E1, podendo até resultar em solução híbrida, contemplando características da solução 1 e da solução 2.

2. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

2.1. Solução implantada em outros órgãos ou entidade da Administração Pública?

Ainda que todas as soluções sejam encontradas em órgãos públicos diversos, com o avanço da tecnologia de redes o uso de sistemas de PABX VoIP está cada vez mais presente, por ser uma solução que dilui o investimento das operadoras em equipamentos e softwares entre vários clientes, oferecendo serviços mais completos, especializados e com custos menores.

Considerando a solução 1, identificamos as seguintes contratações, utilizando os seguintes filtros: Ano: “2023”, “2024”; Objeto: “PABX”, “Link E1”, “DDR”, “STFC”, “LDN”, “rede telefônica”, “FIXO-FIXO”, “FIXO-MÓVEL”, “manutenção” e removendo as ocorrências de PABX virtual e similares, no Painel de Preços do Governo Federal:

Modalidade	Identificação da Compra	Fornecedor	UASG – Unidade Gestora	Data da Compra
Dispensa de Licitação	00004/2023	RONI ALVES DOS SANTOS 69227519149	373075 - UNIDADE AVANÇADA VALE DO ARAGUAIA/MT	20/07/2023
Pregão	00011/2023	WORLD TELECOM LTDA	783310 - CAPITANIA DOS PORTOS DO ESTADO DA ALAGOAS	17/01/2024
Pregão	00013/2023	FIOS TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	254474 - CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE - AM	06/02/2024
Pregão	00015/2023	VERBIO TELECOM LTDA	257035 - DIST. SANT. ESP. INDIGENA	09/02/2024
Pregão	00023/2023	JHB-COM. DE EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA	987989 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE-PR	20/11/2023
Dispensa de Licitação	00026/2023	CRISTIANNE BARBOSA SAMPAIO	158324 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATEUS	27/12/2023
Pregão	00050/2023	ERIDATA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRONICOS LTDA	120630 - GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS	30/08/2023
Dispensa de Licitação	00106/2023	TW-SOLUTIONS TELECOMUNICACOES LTDA	783702 - HOSPITAL NAVAL DE RECIFE	06/11/2023
Pregão	90012/2024	DI COMERCIO E SERVICOS LTDA	926625 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO	02/04/2024

Tabela 11 – Contratações similares aos componentes da solução 1

Considerando a solução 2, de PABX em nuvem, identificamos as seguintes contratações, utilizando os seguintes filtros: Ano: “2023”, “2024”; Objeto: “PABX em nuvem”, “PABX virtual” no Painel de Preços do Governo Federal:

Modalidade	Identificação da Compra	Fornecedor	UASG – Unidade Gestora	Data da Compra
Pregão	00002/2023	METODO TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA	114607 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO AMAPA	30/06/2023
Pregão	00142/2023	ALGAR TELECOM S/A	988599 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL/RS	27/06/2023

Pregão	00026/2023	GOLDCOM TELECOMUNICACOES LTDA	250106 - HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAI - RJ	26/02/2024
Pregão	00145/2023	VOXCITY TECNOLOGIA LTDA	986595 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA	23/02/2024
Dispensa de Licitação	00060/2023	ZILIONET TELECOMUNICACOES LTDA	160426 - DEPOSITO DE SUBSISTENCIA SANTO ANGELO/RS	21/06/2023
Dispensa de Licitação	00036/2023	FORTT DO BRASIL LTDA	158153 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS	19/10/2023
Pregão	00132/2022	MUNDO TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA	985427 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA	19/04/2023
Pregão	00006/2023	TELEFONICA BRASIL S.A.	170075 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - BA	18/05/2023
Pregão	00003/2023	FORTT DO BRASIL LTDA	927154 - INSTITUTO DE PREV.E ASSIST.SERV.DE P.VELHO/RO	16/10/2023
Pregão	00004/2023	OPT JUNTOS TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA	170025 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - MA	15/06/2023
Pregão	00001/2023	TAUFFER SOLUTIONS INFORMATICA LTDA	200130 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-SE	14/11/2023
Dispensa de Licitação	00020/2023	OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT	12/04/2023
Pregão	00006/2023	METODO TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA	170018 - SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 1A.RF/DF	09/05/2023
Pregão	00006/2023	DB3 SERVICOS DE TELECOMUNICACOES S.A	135048 - EMBRAPA AGROINDUSTRIA TROPICAL/FORTALEZA/CE	08/12/2023
Dispensa de Licitação	00024/2023	TAUFFER SOLUTIONS INFORMATICA LTDA	200114 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-BA	06/09/2023
Inexigibilidade de Licitação	00036/2023	OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	168005 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL/FI	04/10/2023
Pregão	00013/2023	VOXCITY TECNOLOGIA LTDA	927045 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ	04/07/2023
Pregão	00562/2022	R&A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFONICOS LTDA	986969 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO PRETO - SP	03/08/2023

Tabela 12 – Contratações similares à solução 2

Parte das contratações localizadas para a solução 1 podem também serem consideradas como componentes da solução 3, de PABX em nuvem com solução interna, desde que as configurações sejam realizadas para prover um PABX virtual em nuvem privada, que podem ainda demandar outras contratações complementares.

2.2. Solução disponível no Portal do Software Público Brasileiro?

O Portal do Software Público Brasileiro **não possui solução** que atenda aos requisitos demandados pela área demandante.

2.3. Solução composta por software livre ou público?

Apesar de não haver qualquer impedimento de participação na licitação por um fornecedor de serviços de telefonia com solução baseada em plataformas de software livre, a equipe de planejamento da contratação entende que não é vantajosa a internalização de uma solução baseada em software livre, com implantação, customização e sustentação realizada pelo próprio TRT24. Tal cenário se enquadraria parcialmente ou totalmente na solução 3, e acarretaria a mobilização de muitos recursos

pessoais e financeiros na construção de uma plataforma de telefonia em software livre e demandaria recursos de processamento e armazenamento em Data Center e força de trabalho regionalizada para dar suporte ao serviço, não sendo uma solução viável para o TRT24, que caminha em sentido oposto a essa centralização de recursos locais.

Diante do exposto, a equipe entende não ser recomendada a adoção de software livre, sustentada pelo TRT24, não havendo óbice, no entanto, de aceite de soluções em nuvem que adotem modelo de software livre, desde que atendam a todos os requisitos exigidos por esta contratação.

2.4. Solução é aderente aos requisitos definidos pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?

Não se aplica.

2.5. Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil?

Não se aplica.

2.6. Solução é aderente aos requisitos do e-ARQ Brasil?

Não se aplica.

2.7. Solução é aderente ao Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI?

Não se aplica.

2.8. Identificada iniciativa similar na base de dados da Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário (Connect-Jus)?

A RESOLUÇÃO CNJ Nº 335, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020, instituiu a política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico, para integrar os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br. Nesta é citada a criação do Connect-Jud, ainda sem esse nome: Art. 3º A PDPJ-Br funcionará como modelo de convergência, será provida por um repositório (marketplace) de soluções que estará disponível para uso por todos os sistemas de processo judicial eletrônico do Poder Judiciário nacional. A RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 93 DE 6 DE ABRIL DE 2021

sugere o uso da Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário (Connect-Jus), adotada também pela Resolução CNJ nº 468/2021.

O Connect-Jus é a plataforma voltada ao compartilhamento de Iniciativas, Projetos e Ações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com incentivo ao trabalho colaborativo, interativo e integrado, para o intercâmbio das melhores práticas adotadas pelo Poder Judiciário, agrupando as iniciativas não apenas do PDPJ-Br, mas também do Inova PJe e do Centro de Inteligência Artificial (Portaria CNJ no 26/2019).

Trata-se portanto, de ferramenta instituída com o propósito de criar ambiente colaborativo para iniciativas associadas a governança, desenvolvimento de sistemas, computação em nuvem e serviços.

O escopo do PDPJ-Br abrange soluções para uso por todos os sistemas de processo judicial eletrônico do Poder Judiciário nacional, portanto, a priori, sem relação com o objeto desta contratação.

Independente dessa nossa interpretação, a consulta às iniciativas no sistema Connect-Jus com os termos “telefonia” ou “PABX” não retornaram qualquer resultado pertinente à contratação pretendida.

2.9. Quadro comparativo das soluções considerando as aderências definidas por dispositivos legais

Requisito	Solução	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública ?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro (quando se tratar de software) ?	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	
A Solução é composta por software livre ou software público (quando se tratar de software) ?	Solução 1		X	
	Solução 2	É possível		
	Solução 3	É possível		
A Solução é aderente aos requisitos definidos pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG ?	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil (quando houver necessidade de certificação digital) ?	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é aderente aos requisitos do e-ARQ Brasil (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos) ?	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é aderente ao Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI?	Solução 1			X

Identificada iniciativa similar na base de dados da Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário (Connect-Jus)?	Solução 2			X
	Solução 3			X
	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X

Tabela 13 – Análise comparativa das soluções

2.10. Quadro comparativo das soluções considerando as necessidades básicas essenciais e obrigatórias

Item	Requisito	Solução	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1	Solução com tecnologia digital do tipo VoIP.	Solução 1		X	
		Solução 2	X		
		Solução 3	X		
2	Utilização da infraestrutura de rede do TRT24.	Solução 1		X	
		Solução 2	X		
		Solução 3	X		
3	Comunicação entre todas as unidades do TRT24.	Solução 1		X	
		Solução 2	X		
		Solução 3	X		
4	Mínimo de 3 troncos de 30 canais, para ligações simultâneas, compartilhadas para toda a solução	Solução 1	X		
		Solução 2	X		
		Solução 3	Depende de contratos adicionais		
5	488 ramais IP	Solução 1			
		Solução 2	X		
		Solução 3	X		
6	488 DDRs. A solução deve permitir a portabilidade de todos os números atualmente em uso pelo TRT24	Solução 1			X
		Solução 2	Pode ser limitado por questões técnicas de portabilidade		
		Solução 3	Pode ser limitado por questões técnicas de portabilidade		
7	Compartilhamento de cada ramal para pelo menos 2 pontos distintos.	Solução 1			
		Solução 2	X		
		Solução 3	X		
8	Disponibilização de linha DDG 0800 para recebimento de ligações originadas a partir de telefones fixos e móveis de todo o Estado de MS, com portabilidade do número atualmente em uso, se viável tecnicamente.	Solução 1	X		
		Solução 2	X		
		Solução 3	X		
9	Realizar chamadas de voz para telefones fixos no	Solução 1	X		

	sistema STFC.	Solução 2	X		
		Solução 3	Depende de contratos adicionais		
10	Realizar chamadas de voz para telefones celulares do Serviço Móvel Pessoal (SMP).	Solução 1	X		
		Solução 2	X		
		Solução 3	Depende de contratos adicionais		
11	Realizar ligações de longa distância nacionais (LDN).	Solução 1	X		
		Solução 2	X		
		Solução 3	Depende de contratos adicionais		
12	As chamadas de voz devem ser ilimitadas e gratuitas entre todos os ramais.	Solução 1		X	
		Solução 2	X		
		Solução 3	X		
13	As chamadas de voz devem ser ilimitadas e gratuitas para telefones fixos e móveis para qualquer localidade do Brasil.	Solução 1		X	
		Solução 2	X		
		Solução 3	Depende de contratos adicionais		
14	Possuir níveis de serviço iguais ou superiores aos existentes nos contratos atuais.	Solução 1	X		
		Solução 2	X		
		Solução 3	Depende de contratos adicionais		
15	A solução deve estar disponível 24 horas por dia.	Solução 1	X		
		Solução 2	X		
		Solução 3	X		
16	Permitir a instalação de ramais telefônicos em quantidade igual ou superior às contratações vigentes.	Solução 1		X	
		Solução 2	X		
		Solução 3	X		
17	Custo da solução compatível com o orçamento disponível para as contratações atuais.	Solução 1	X		
		Solução 2	X		
		Solução 3		X	
18	A solução deve efetuar uma migração transparente, eliminando a necessidade de capacitação dos usuários.	Solução 1	X		
		Solução 2	X		
		Solução 3	X		
19	A solução deve atender a legislação referente à telefonia, em especial as normas e demais regulamentações da ANATEL.	Solução 1	X		
		Solução 2	X		
		Solução 3	Depende de contratos adicionais		
20	A manutenção da solução (equipamentos, softwares e licenças necessárias) deve ficar a cargo da CONTRATADA.	Solução 1		X	
		Solução 2	X		
		Solução 3		X	
21	A solução contratada deve se adequar às normas e políticas de segurança da informação estabelecidas pelo TRT24, incluindo a LGPD.	Solução 1	X		
		Solução 2	X		

		Solução 3	x		
22	Disponibilização de pelo menos 5 (cinco) URAs (unidade de resposta audível) independentes.	Solução 1		x	
		Solução 2	x		
		Solução 3	x		
23	Disponibilização de filas de atendimentos, com recursos de informações para tempo de espera e quantidades na fila.	Solução 1		x	
		Solução 2	x		
		Solução 3	x		
24	Disponibilização de <i>softphones</i> para realização e recebimento de chamadas para Windows, MacOS, Android e iOS, para as duas últimas versões de cada SO.	Solução 1		x	
		Solução 2	x		
		Solução 3	x		
25	Gravação em nuvem das ligações, com duração mínima de 90 (noventa) dias e possibilidade de downloads, para 20 ramais, no mínimo.	Solução 1		x	
		Solução 2	x		
		Solução 3	Em nuvem privada		
26	Agrupamento de linhas determinadas em fila única para atendimento de ligações por quaisquer das linhas agrupadas, de forma simultânea em <i>helpdesk</i> da contratante, a partir de ligações recebidas por quaisquer das linhas agrupadas.	Solução 1	x		
		Solução 2	x		
		Solução 3	x		
27	Agrupamento de linhas determinadas em fila única para atendimento de ligações por quaisquer das linhas agrupadas, redirecionando para número de <i>helpdesk</i> terceirizado pela contratante, a partir de ligações recebidas por quaisquer das linhas agrupadas.	Solução 1	x		
		Solução 2	x		
		Solução 3	x		
28	Utilização de cada ramal em vários dispositivos, com configuração de como irão tocar, de forma sequencial ou simultaneamente.	Solução 1	x		
		Solução 2	x		
		Solução 3	x		
29	Interface web para configuração de grupos, filas, pela próprio TRT24, sem prejuízo de configurações realizadas pela contratada, mediante chamados técnicos.	Solução 1		x	
		Solução 2	x		
		Solução 3	x		

Tabela 14 – Análise comparativa das soluções

3. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DE CUSTOS

3.1. Estimativa de custos dos bens e serviços que compõem cada solução

3.1.1. Solução 1: Serviços comuns de telefonia fixa, através de novas contratações ou renovação dos contratos com a solução vigente (solução atual)

PROCESSOS/CONTRATOS ATUAIS	VALORES	
	MENSAL	ANUAL
2689/2019 (TELEFONIA LOCAL)	7.206,29	86.475,48
20575/2020 (TELEFONIA INTERURBANA)	937,23	11.246,76
20578/2020 (LINK'S DDR)	4.131,31	49.575,72
SUB-TOTAL	12.274,83	147.297,96

19565/2023 (MANUTENÇÃO PABX)	VALORES	
	MENSAL	ANUAL
Manutenção Preventiva e Corretiva (Avaya)	6.425,57	77.106,84
Manutenção Preventiva e Corretiva (Phillips)	2.857,14	34.285,68
SUB-TOTAL	9.282,71	111.392,52

19565/2023 (MANUTENÇÃO PABX)	VALORES	
	MENSAL	ANUAL
Estimativa de Peças (Avaya)	5.166,67	62.000,01
Estimativa de Peças (Phillips)	580,62	6.967,48
SUB-TOTAL	5.747,29	68.967,49

24633/2022 (0800 OUVIDORIA)	VALORES	
	MENSAL	ANUAL
Estimativa de Peças (Avaya)	2,70	32,40
SUB-TOTAL	2,70	32,40

	MENSAL	ANUAL
TOTAL	27.307,83	327.690,37
QTDE DE RAMAIS CONTRATADOS	540	
Custo atual por cada ramal contratado	50,57	606,83

Tabela 15 – Levantamento dos custos pagos atualmente (solução 1), por ramal.

3.1.2. Solução 2: PABX em nuvem

Considerando que apenas a solução 2 atende todos os requisitos essenciais, sem depender de contratos adicionais, fizemos um levantamento de preços preliminar através de pesquisa no Portal Painel de Preços do Governo Federal utilizando os filtros Ano: "2023", "2024" e Objeto: "PABX em nuvem".

O atual fornecedor, ao explicar a descontinuidade de parte da solução atual, estimou os custos para esse novo tipo de solução em R\$ 61,17 mensais, por ramal, baseado em preços comerciais, maiores que os praticados em licitações.

Procuramos também preços no Pannel de Preços de Serviços do Governo Federal. Considerando que diversos Editais descrevem seus quantitativos e preços unitários de formas diferentes, exportamos os dados em planilha e atualizamos o levantamento para obtermos o valor mensal de cada ramal, e a partir desses valores obtermos o valor unitário real para efeitos de comparações. O demonstrativo já ajustado consta na tabela a seguir:

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSER	Item	Unidade ajustada	Quantidade ajustada para ramaís	Valor Unitário mensal ajustado por ramal	Fornecedor	UASG - Unidade Gestora	Data da Compra
00007/2023	7	Pregão	26107	ASSINATURA DE RAMAL TELEFONICO	UNIDADE	70	27,69	OPT JUNTOS TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA	928257 - CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO - PR	06/10/2023
00001/2023	1, 2	Pregão	26182	ASSINATURA DE LINHA ANALOGICA	UNIDADE	40	44,30	LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	389167 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ES.AMAZONAS	04/08/2023
00011/2023	1	Pregão	18627	INSTALACAO / MANUTENCAO / EXPANSAO / PROGRAMACAO / LOCACAO EQUIPAMENTO TELEFONICO	UNIDADE	80	23,96	TIC MOBILE SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, COMUNICACAO E REPRESENTACAO LTD	389168 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA ESTADO DA BAHIA	26/05/2023
00010/2023	3	Pregão	26107	ASSINATURA DE RAMAL TELEFONICO	UNIDADE	20	21,67	JABOATAONET SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA	389195 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA-PE	01/08/2023
00003/2023	1	Pregão	26107	ASSINATURA DE RAMAL TELEFONICO	UNIDADE	40	28,50	ORBITEL TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA	925797 - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-MS	25/05/2023
00145/2023	1,2,3,4	Pregão	26107	ASSINATURA DE RAMAL TELEFONICO	UNIDADE	1.000	77,85	VOXCITY TECNOLOGIA LTDA	986595 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA	23/02/2024
00001/2023	1	Pregão	26107	ASSINATURA DE RAMAL TELEFONICO	UNIDADE	220	23,56	3CORP SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA.	080005 - 13.REG.TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/PB	18/04/2023
00006/2023	1	Pregão	18627	INSTALACAO / MANUTENCAO / EXPANSAO / PROGRAMACAO / LOCACAO EQUIPAMENTO TELEFONICO	UNIDADE	700	35,56	3CORP SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA.	070022 - TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MT	26/06/2023
00001/2023	1	Pregão	18627	INSTALACAO / MANUTENCAO / EXPANSAO / PROGRAMACAO / LOCACAO EQUIPAMENTO TELEFONICO	UNIDADE	50	93,17	FORTT DO BRASIL LTDA	170072 - DELEGACIA DA REC.FEDERAL EM ARACAJU/SE	03/10/2023
90003/2024	2	Pregão	26166	TAXA DE INSTALACAO LINK DE INTERNET - STFC (BANDA LARGA)	UNIDADE	14	78,57	TELNET - SERVICOS EM TELECOMUNICACOES LTDA	170058 - SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 4A.RF/PE	04/04/2024
90003/2024	4	Pregão	26166	TAXA DE INSTALACAO LINK DE INTERNET - STFC (BANDA LARGA)	UNIDADE	20	95,00	TELNET - SERVICOS EM TELECOMUNICACOES LTDA	170058 - SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 4A.RF/PE	04/04/2024

90003/2024	1	Pregão	26166	TAXA DE INSTALAÇÃO LINK DE INTERNET - STFC (BANDA LARGA)	UNIDADE	33	69,09	TELNET - SERVICOS EM TELECOMUNICACOES LTDA	170058 - SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 4A.RF/PE	04/04/2024
90003/2024	3	Pregão	26166	TAXA DE INSTALAÇÃO LINK DE INTERNET - STFC (BANDA LARGA)	UNIDADE	224	97,77	H3D SOLUCOES DE TELEINFORMATICA LTDA	170058 - SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 4A.RF/PE	04/04/2024
00005/2023	1, 2, 3	Pregão	26107	ASSINATURA DE RAMAL TELEFONICO	UNIDADE	33	73,49	FORTT DO BRASIL LTDA	257054 - DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - TOCANTINS	29/06/2023
00008/2023	1, 2, 3, 4	Pregão	26093	ASSINATURA DE RAMAL TELEFONICO	UNIDADE	27	164,82	ORBTEL TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA	257041 - DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - XINGU	11/07/2023
00090/2023	1,2, 3, 4, 5, 6	Pregão	26077	SOFTWARE COMO SERVICO - SAAS	UNIDADE	100	89,37	AMPERNET - TELECOMUNICACOES LTDA	985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	20/12/2023
00060/2023	1, 3, 4	Pregão	26450	ASSINATURA DO SERVICO DE TELECOMUNICACOES - SATELITE	UNIDADE	1.440	40,14	SERCOMTEL S.A. - TELECOMUNICACOES	987831 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SABAUDIA - PR	04/01/2024
00006/2023	1	Pregão	26387	PACOTE DE SERVICOS SMP (VOZ, DADOS, SMS, ETC)	UNIDADE	1.200	41,50	METODO TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA	926454 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUI	14/04/2023
					COM AJUSTES	Menor valor	21,67			
						Mediana	56,70			
						Média	62,56			

Tabela 16 – Levantamento dos custos da solução 2, por ramal, no Pannel de Preços de Serviços do Governo Federal.

Por fim, consolidamos essas informações juntamente com orçamentos recebidos e os valores da contratação atual em planilha de preços padronizada e adota pela TRT24, reproduzidas a seguir:

PLANILHA DE PREÇOS SEM APLICAÇÃO DE TRATAMENTO ESTATÍSTICO																					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PAINEL DE PREÇOS/ MEDIANA	INTERNET 1	INTERNET 2	INTERNET 3	FORNECEDOR 1	FORNECEDOR 2	FORNECEDOR 3	CONTRATO ÓRGÃO PÚBLICO 1	CONTRATO ÓRGÃO PÚBLICO 2	CONTRATO ÓRGÃO PÚBLICO 3	ÚLTIMA CONTRATAÇÃO TRT	PENÚLTIMA CONTRATAÇÃO TRT	ANTEPENÚLTIMA CONTRATAÇÃO TRT	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	DESVPAD	CV	INTERVALO INFERIOR	INTERVALO SUPERIOR
1	376	unid.	Ramais IP (CG, Dourados e Três Lagoas)	56,70	42,00	35,70	52,50	43,00	41,19	38,00	-	-	-	50,57	-	-	44,97	7,43	0,165	35,70	56,70
2	112	unid.	Ramais IP (Unidades do interior do MS)	56,70	42,00	35,70	52,50	61,17	-	38,00	-	-	-	50,57	-	-	48,09	9,69	0,201	42,089	54,10

Tabela 17 – Mapa de preços da solução 2, por ramal, sem tratamento estatístico.

PLANILHA DE PREÇOS COM APLICAÇÃO DE TRATAMENTO ESTATÍSTICO																				
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PAINEL DE PREÇOS/ MEDIANA	INTERNET 1	INTERNET 2	INTERNET 3	FORNECEDOR 1	FORNECEDOR 2	FORNECEDOR 3	CONTRATO ÓRGÃO PÚBLICO 1	CONTRATO ÓRGÃO PÚBLICO 2	CONTRATO ÓRGÃO PÚBLICO 3	ÚLTIMA CONTRATAÇÃO TRT	PENÚLTIMA CONTRATAÇÃO TRT	ANTEPENÚLTIMA CONTRATAÇÃO TRT	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	DESVPAD	CV	PREÇO MÉDIO TOTAL
1	376	unid.	Ramais IP (CG, Dourados e Três Lagoas)	56,70	42,00	35,70	52,50	43,00	41,19	38,00	*	*	*	50,57	*	*	44,97	7,43	0,165	16.908,72
2	112	unid.	Ramais IP (Unidades do interior do MS)	*	*	*	52,50	*	*	*	*	*	*	50,57	*	*	51,54	1,36	0,026	5.772,48
DESPESA TOTAL ESTIMADA MENSAL																			22.681,20	

Tabela 18 – Mapa de preços da solução 2, por ramal, com tratamento estatístico.

3.1.3. Comparativo de custos das soluções

Solução	Qtde.	Unidade	Custo médio mensal por ramal
Solução 1 - Serviços comuns de telefonia fixa, através de novas contratações ou renovação dos contratos com a solução vigente (atual)	540	Ramal	R\$ 50,57
Solução 2 – PABX em nuvem – Lote 1	376	Ramal	R\$ 44,97
Solução 2 – PABX em nuvem – Lote 2	112	Ramal	R\$ 51,54

Tabela 19 – Comparativo dos preços mensais pagos atualmente para a solução 1, com a média dos preços calculada pelo TRT24, com tratamento estatístico, por ramal.

3.2. Cálculo dos custos totais de propriedade (TCO) de cada solução

Solução	Estimativa de TCO ao longo dos anos ⁵					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Solução 1 (atual) ⁴	R\$327.690,37	R\$344.074,89	R\$361.278,63	R\$379.342,56	R\$398.309,69	R\$1.810.696,15
Solução 2 (PABX em nuvem) ^{2 e 3} lote 1 + lote 2	R\$369.774,40	R\$285.783,12	R\$300.072,28	R\$315.075,89	R\$330.829,68	R\$1.601.535,37

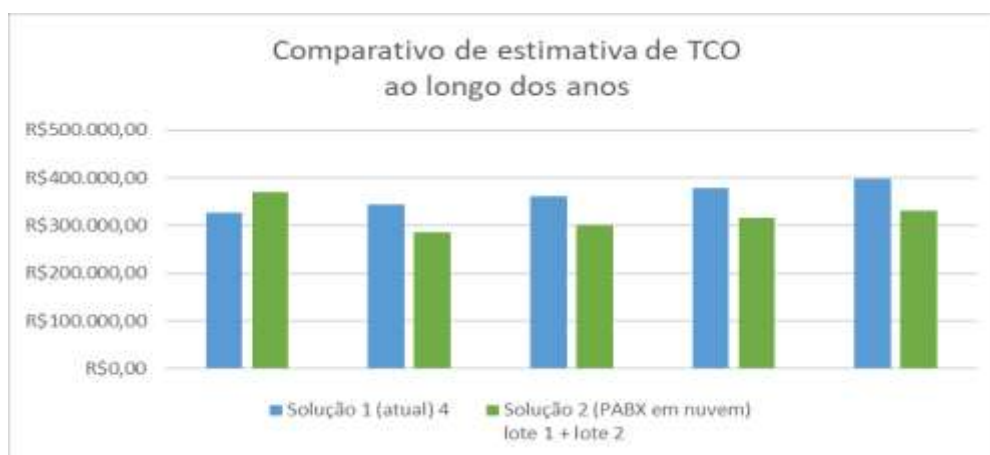


Tabela 20 – Comparativo de estimativa de TCO das soluções analisadas.

Solução	Estimativa de custos acumulados ao longo dos anos ⁵				
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Solução 1 (atual) 4	R\$327.690,37	R\$671.765,26	R\$1.033.043,89	R\$1.412.386,46	R\$1.810.696,15
Solução 2 (PABX em nuvem) 2 e 3 lote 1 + lote 2	R\$369.774,40	R\$655.557,52	R\$955.629,80	R\$1.270.705,69	R\$1.601.535,37



Tabela 21 – Comparativo de estimativas de custos acumulados.

Estimativa de economia ao final do contrato (solução 2 substituindo a solução 1):

R\$209.160,78

1. Custo mensal estimado por ramal para a solução PABX em nuvem (informado pelo fornecedor atual)	R\$61,17
2. Custo mensal máximo por ramal para a solução PABX em nuvem (lote 1)	R\$44,97
3. Custo mensal máximo por ramal para a solução PABX em nuvem (lote 2)	R\$51,54
4. Custo mensal estimado por ramal para a solução atual	R\$50,57
5. Estimativa de reajuste anual	5%
6. Incluído o custo de aquisição de telefones IP no primeiro ano, objeto de outra contratação	97.600,00

4. SOLUÇÕES DESCARTADAS

Solução	Motivos do descarte
Solução 1 - Solução de serviços comuns de telefonia fixa, através de novas contratações ou renovação dos contratos com a solução vigente (solução atual).	<ul style="list-style-type: none"> Solução composta de 6 contratos distintos; Maior custo operacional; Maior custo financeiro; Parte da tecnologia está obsoleta e em descontinuidade pelas operadoras.
Solução 3 - Aquisição de novos equipamentos e softwares para prover internamente o serviço de PABX VoIP	<ul style="list-style-type: none"> Solução composta de pelo menos 3 contratos distintos (ainda que eventualmente prestados por uma única empresa); Maior custo operacional; Maior custo financeiro; Necessidade de aquisição de equipamentos e softwares (ainda que livres); Necessidade de alocação de servidores de TIC para configuração e gerência da solução; Parte da solução se confunde com a solução 1 e parte com a solução 2.

Tabela 22 – Soluções descartadas

5. ESCOLHA DA SOLUÇÃO

5.1. Descrição da Solução Escolhida e seus benefícios

A “Solução 2 – Contratação de um único PABX Virtual em Nuvem, com fornecimento de ramais IP”, foi a escolhida por ser a única que atende a todos os requisitos sem necessidade de contratações adicionais e por ser a de menor custo operacional e de menor custo financeiro estimado, com previsão de economia superior a R\$ 430.000,00 em cinco anos, se comparados com os custos da solução atual.

Considerando a abrangência da solução e sua natureza continuada, cremos ser apropriada a contratação pelo maior prazo previsto na Lei nº 14.133/2021, de 5 (cinco) anos, com possibilidade de prorrogação contratual por igual período.

Prazos menores demandariam mais interrupções dos serviços para novas instalações e configurações, com possibilidade de mudanças que atingiriam diretamente as comunicações do TRT24, incluindo os serviços de *helpdesk*, prejudicando de forma direta a prestação dos serviços tanto da área fim quanto da área meio.

A classificação do objeto como de natureza comum e continuada, bem como as justificativas para o não parcelamento são discutidas em tópicos apropriados, mais adiante.

6. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE CONTRATAÇÃO

Considerando as informações levantados neste estudo técnico preliminar e a escolha da solução que melhor se adapta às necessidades da área demandante, bem como os benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, declaramos a viabilidade da contratação dos bens demandados, mediante Licitação, para os seguintes grupos:

Grupo	Item	Descrição	Qtde. de ramais
1	1	Prestação de serviços continuados para fornecimento de ramais IP, todos DDRs com portabilidade numérica, no que for possível, ligados a PABX em Nuvem da CONTRATADA, incluindo os recursos de acesso ao STFC, com pelo menos 2 (dois) troncos de 30 canais, ou similar, para ligações simultâneas, com ligações locais e nacionais ilimitadas, do tipo fixo-fixo e fixo-móvel, número 0800 para recebimento de ligações de fixos e móveis oriundas do MS (estimado em 170 minutos mensais), numeração telefônica para o código de área de Mato Grosso do Sul, disponibilização e configurações de pelo menos 5 (cinco) URAs com configurações independentes, disponibilização de <i>softphones</i> e/ou telefones IP para cada ramal, portabilidade de números telefônicos atualmente em uso, configurações, ativações e suporte técnico necessários para garantir o funcionamento continuado da solução como um todo, pelo período de 5 (cinco) anos.	376
2	2	Prestação de serviços continuados para fornecimento de ramais IP, todos DDRs com portabilidade numérica, no que for possível, ligados a PABX em Nuvem da CONTRATADA, incluindo os recursos de acesso ao STFC, com pelo menos 1 (um) tronco de 30 canais, ou similar, para ligações simultâneas, com ligações locais e nacionais ilimitadas, do tipo fixo-fixo e fixo-móvel, numeração telefônica para o código de área de Mato Grosso do Sul, disponibilização e configurações de pelo menos 1 (uma) URA por localidade com configurações independentes, disponibilização de <i>softphones</i> e/ou telefones IP para cada ramal, portabilidade de números telefônicos atualmente em uso, configurações, ativações e suporte técnico necessários para garantir o funcionamento continuado da solução como um todo, pelo período de 5 (cinco) anos.	112

As especificações completas serão detalhadas no Termo de Referência, e os pagamentos serão mensais, por ramal, com vigência de 5 (cinco) anos, com possibilidade de prorrogação por igual período, nos termos da Lei nº 14.133/2021, artigos 106 e 107.

IV. ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO

1. NATUREZA DO OBJETO

Os serviços objeto desta contratação são de natureza comum, disponíveis no mercado, podendo serem objetivamente especificados no Termo de Referência.

Enquadram-se como de natureza contínua, conforme art. 6º, XXIII, "a" da Lei 14.133/2021, visto que atende a uma necessidade pública permanente e contínua, qual seja, a de proporcionar comunicação por voz pelo sistema público (e interno) de telefonia, que deve ser satisfeita por meio de um serviço. Ou seja, o foco não está na aquisição, compra ou obrigação de dar ou entregar, mas sim no serviço ou obrigação de fazer, com continuidade.

O término das contratações atuais sem uma nova contratação dos serviços objeto desse estudo pode causar a total interrupção das comunicações por voz (telefonia fixa) do TRT24, caracterizando-a também como essencial.

Constam no Catálogo de Serviços (CATSER) sob a classificação:

Código: 18627;

Nome do Serviço: Instalação / manutenção / expansão / programação / locação equipamento telefônico.

2. PARCELAMENTO DO OBJETO

O desmembramento do objeto foi realizado em dois grupos/lotos, visto que apenas uma empresa, a OI S.A, teria condições de atender todas as localidades com números DDR, um dentre vários requisitos da solução.

Para o grupo/ lote 1 definimos as localidades de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, com total de 376 (trezentos e setenta e seis) ramais, pois existem pelo menos 3 (três) empresas que se manifestaram capazes de atendê-las, a OI S/A, a VIVO/Telefônica e a SIGATEL. Embora não tenham se manifestado formalmente, cremos que a empresa Claro/Embratel também atende essas localidades.

Para o grupo/ lote 2 reservamos as demais localidades, com 112 (cento e doze) ramais, que a princípio apenas a OI S/A teria capacidade de atender na totalidade. Seria possível que outras empresas atendessem, mas segundo informações recebidas de empresas do ramo, demandariam custos e

investimentos que nem todas estariam dispostas a arcar, salvo se subcontratarem esses recursos de DDR, o que será permitido.

Também não definimos o grupo/lote 2 apenas como linhas DDR, com o objetivo de deixá-lo mais atrativo para eventuais propostas de outras empresas que queiram investir nas linhas DDR (maior investimento e menor lucro) para que tenham retorno mais rápido com a solução do PABX em nuvem (menor investimento e maior lucro).

Por fim, para o lote 2 também permitimos uma solução alternativa à disponibilização de DDRs locais, sendo possível o fornecimento de DDRs de Campo Grande, MS (com maior disponibilidade de empresas), juntamente com uma linha DDG 0800, com capacidade ilimitada de ligações de qualquer telefone fixo e móvel em qualquer localidade do Brasil, sem custos adicionais ao TRT24.

Não separamos em mais lotes, tendo como base as localidades, pela dificuldade técnica e operacional em manter mais do que duas soluções operando simultaneamente (dois PABXs em nuvem distintos). Também não há objeção para que as empresas participem dos dois lotes simultaneamente, caso desejarem. Dessa forma separamos o objeto em 2 (dois) grupos/lotos composto de 1 (um) item cada, assim definidos:

Grupo	Item	Descrição	Quantidade de ramais	Preço Unitário Estimado	Preço Mensal Estimado
1	1	Prestação de serviços continuados para fornecimento de ramais IP, todos DDRs com portabilidade numérica, no que for possível, ligados a PABX em Nuvem da CONTRATADA, incluindo os recursos de acesso ao STFC, com pelo menos 2 (dois) troncos de 30 canais, ou similar, para ligações simultâneas, com ligações locais e nacionais ilimitadas, do tipo fixo-fixo e fixo-móvel, número 0800 para recebimento de ligações de fixos e móveis oriundas do MS (estimado em 170 minutos mensais), numeração telefônica para o código de área de Mato Grosso do Sul, disponibilização e configurações de pelo menos 5 (cinco) URAs com configurações independentes, disponibilização de <i>softphones</i> e/ou telefones IP para cada ramal, portabilidade de números telefônicos atualmente em uso, configurações, ativações e suporte técnico necessários para garantir o funcionamento continuado da solução como um todo, pelo período de 5 (cinco) anos.	376	R\$ 45,95	R\$17.277,20
Preço Total Estimado Anual do Grupo 1					R\$207.326,40
Preço Total Estimado Global (5 anos) do Grupo 1					R\$1.036.632,00

Grupo	Item	Descrição	Quantidade de ramais	Preço Unitário Estimado	Preço Mensal Estimado
2	2	Prestação de serviços continuados para fornecimento de ramais IP, todos DDRs com portabilidade numérica, no que for possível, ligados a PABX em Nuvem da CONTRATADA, incluindo os recursos de acesso ao STFC, com pelo menos 1 (um) tronco de 30 canais, ou similar, para ligações simultâneas, com ligações locais e nacionais ilimitadas, do tipo fixo-fixo e fixo-móvel, numeração telefônica para o código de área de Mato Grosso do Sul, disponibilização e configurações de pelo menos 1 (uma) URA por localidade com configurações independentes, disponibilização de <i>softphones</i> e/ou telefones IP para cada ramal, portabilidade de números telefônicos atualmente em uso, configurações, ativações e suporte técnico necessários para garantir o funcionamento continuado da solução como um todo, pelo período de 5 (cinco) anos.	112	R\$ 53,26	R\$5.965,12
Preço Total Estimado Anual do Grupo 2					R\$71.581,44
Preço Total Estimado Global (5 anos) do Grupo 2					R\$357.907,20
Preço Total Estimado Anual					R\$278.907,84
Preço Total Estimado Global (5 anos)					R\$1.315.539,84

Tabela 23 – Definição de grupos e itens e seus preços máximos.

3. ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

A adjudicação do objeto será para toda a demanda necessária, pela homologação da licitação, emissão da nota de empenho ao vencedor, para cada ano fiscal, e assinatura de contrato.

4. TIPO DE LICITAÇÃO OU MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

A contratação será mediante licitação na modalidade “Pregão”, forma “eletrônica”, com critério de julgamento pelo “menor preço”, para a contratação de ramais IP ligados a um PABX em nuvem.

5. RECURSOS E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A pretendida aquisição consta no Planejamento de Contratações Anual do TRT24 para o ano de 2024.

Considerando que parte da solução atual será descontinuada, a nova solução se utilizará do mesmo orçamento disponível, com utilização das sobras orçamentárias e/ou remanejamento dos recursos das seguintes contas, extraídas do sistema SIGEO, para o ano de 2024:

- 151252024000188 – Telefonia fixa-local
 - Total Programado: R\$ 80.000,00
 - Total Empenhado: R\$ 73.250,00
- 151252024000196 – Telefonia fixa DDR
 - Total Programado: R\$ 108.000,00
 - Total Empenhado: R\$ 60.000,00
- 151252024000212 – Telefonia fixa interurbano
 - Total Programado: R\$ 70.000,00
 - Total Empenhado: R\$ 18.000,00
- 151262024000126 – Suporte Técnico, Operação e Manutenção Preventiva e Corretiva PABX F.T. Campo grande (JBL)
 - Total Programado: R\$ 36.000,00
 - Total Empenhado: R\$ 22.571,41
- 151262024000127 – Suporte Técnico, Operação e Manutenção Preventiva e Corretiva PABX Sede TRT (DCR)
 - Total Programado: R\$ 78.000,00
 - Total Empenhado: R\$ 50.785,70
- 151262024000129 – Peças para o PABX F.T. Campo Grande (JBL)
 - Total Programado: R\$ 3.600,00
 - Total Empenhado: R\$ 3.600,00

- 151262024000132 – Peças para o PABX Sede TRT (DCR)
 - Total Programado: R\$ 6.000,00
 - Total Empenhado: R\$ 6.000,00

- 151252024000045 – Telefonia – Modalidade DDG
 - Total Programado: R\$ 2.000,00
 - Total Empenhado: R\$ 32,40

Para o ano de 2025 , os seguintes itens são os previstos:

- 151252025417723 – Telefonia Fixa (Entrocamento dos PABX)
- 151252025417736 – Telefonia Fixa - Interurbano
- 151252025417737 – Telefonia Fixa - Local
- 151252025417641 – DMPE Serviços de Manutenção Predial (incluindo PABX, Extintores).

Em qualquer situação, os valores destinados a cada item devem ser remanejados para o(s) novo(s) item(ns) que contemplará(ão) a pretendida nova contratação.

Conforme esclarecimento da Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, a categoria econômica da despesa pode ser classificada em Grupo 3 (despesa corrente, que engloba a contratação de serviços e material de consumo) e Grupo 4 (despesa de capital, que engloba os investimentos, como a aquisição de material permanente). Assim, para a pretendida contratação, a categoria econômica da despesa classifica-se no Grupo 3, de despesa corrente.

As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do TRT24, no PTRES 168296 (Manutenção e Gestão de Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação), na Natureza de Despesa nº 3.3.90.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ), classificação funcional programática 02.122.0033.4256.0054, categoria econômica nº 3 (Serviços e Materiais de Consumo Diversos), sob item SIGEO-JT nº 151252024000188.

6. EQUIPE DE APOIO À CONTRATAÇÃO

Conforme Portaria TRT/DG Nº 119/2024:

- a) Integrante Demandante:** Renata Aparecida da Silva;
- b) Integrantes Técnicos:** Gleison Amaral dos Santos e Victor Gibin Scarpellini;
- c) Integrante Administrativo:** Paulo Sergio Petri;
- d) Integrante do Setor de Sustentabilidade:** Mateus Cominetti. Conforme Processo Administrativo PROAD nº 19189/2022, docs. 2 e 4, e restrito apenas aos aspectos de sustentabilidade.

7. INDICAÇÃO DE EQUIPE PARA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

- a) Gestor da Contratação:** Renata Aparecida da Silva, e em suas ausências, Samy Ariel de Witt;
- b) Fiscal Demandante:** Paulo Egídio Mendonça de Araújo e em suas ausências, Rosângela Espíndola Mendonça;
- c) Fiscal Técnico:** Victor Gibin Scarpellini, e em suas ausências, Marcos Ribeiro Mendes Martins;
- d) Fiscal Administrativo:** Camilo Gama da Silva, e em suas ausências, Rodrigo Marciano Pouso.

V. PLANO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. INTRODUÇÃO

Em conformidade com a Resolução CNJ nº 468/2022, o modelo de execução do contrato deverá contemplar as condições necessárias ao fornecimento das soluções de TIC.

A execução da presente contratação dar-se-á de forma indireta, pelo regime empreitada por preço global, para cada grupo distinto, nesse caso, único.

2. ROTINAS DE EXECUÇÃO

Descrição da rotina	Prazo	Horário	Local de Entrega
Realização de vistoria para recebimento de Termo de Vistoria ou emissão de Declaração de Conhecimento das Instalações e das Condições Locais do objeto desta Licitação.	Até 2 (dois) dias úteis antes da abertura da Sessão de Lances	8 à 17h	Pelo chat do sistema de compras
Encaminhar nota de empenho para a CONTRATADA	Após homologação e determinação de envio pelo TRT24	8 às 17h	Para o e-mail ou endereço de cada CONTRATADA (para cada lote).
Encaminhar recibo da nota de empenho	2 (dois) dias úteis do seu recebimento	8 às 17h	As respostas devem ser encaminhadas para a sede do TRT24 ou em resposta ao e-mail utilizado ou informado no envio.
Assinatura do Contrato	3 (três) dias úteis após a comunicação do TRT24	8 às 17h	As respostas devem ser encaminhadas para a sede do TRT24 ou em resposta ao e-mail utilizado ou informado no envio.
Indicação de preposto pela CONTRATADA	5 (cinco) dias consecutivos da assinatura do contrato	8 às 17h	Para a sede do TRT24 ou para o email da fiscalização: csilva@trt24.jus.br ou outra designada pelo fiscal do contrato.
Reunião inicial entre o TRT24 e a CONTRATADA (<i>kick off</i>)	5 (cinco) dias consecutivos da assinatura do contrato	8 às 17h	Na sede do TRT24 ou para a equipe técnica, presencial ou por meio de vídeo conferência. O detalhamento deve ser negociado pelo email da fiscalização, csilva@trt24.jus.br ou outra designada pelo fiscal do contrato.

Descrição da rotina	Prazo	Horário	Local de Entrega
Entrega do Projeto Executivo pela CONTRATADA	10 (dez) dias corridos a contar da reunião inicial (<i>kick off</i>).	8 às 17h	Na sede do TRT24, SETIC/DITIC, ou na forma eletrônica, por email previamente acordado.
Entrega da garantia de execução contratual	10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato. (Para a modalidade seguro-garantia o prazo será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato)	8 às 17h	Para a sede do TRT24 ou para o email da fiscalização: csilva@trt24.jus.br ou outra designada pelo fiscal do contrato.
Cadastro da empresa no Portal SIGEO	10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato.	Conforme a disponibilidade do sistema.	Operação em sistema online. Consulta do cadastro no Portal do SIGEO.
Entrega dos serviços com nota fiscal e comprovantes de origem, em caso de importados	30 a 60 (trinta a sessenta) dias corridos a contar da assinatura do contrato. O prazo inicial se refere a entrega da solução funcional e o prazo seguinte aos recursos de DDR, se necessários	11 às 17h	Na sede do TRT24, SETIC/DITIC, ou na forma eletrônica, por email previamente acordado.
Prestação de informações pelo CONTRATANTE	2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da solicitação	8 às 17h	Em resposta aos e-mails ou telefonemas enviados pela(s) CONTRADA(S)
Recebimento provisório mensal pelo fiscal do contrato	1º dia útil de cada mês.	8 às 17h	Averiguar com a área demandante se os serviços foram prestados no mês anterior.
Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, referentes ao objeto da contratação.	2 (dois) dias úteis	8 às 17h	Para a caixa postal (e-mail) da fiscalização: csilva@trt24.jus.br ou outra designada pelo fiscal do contrato.
Recebimento definitivo mensal pelo gestor do contrato	5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório mensal, efetuar os cálculos de glosas e multas e autorizar a emissão da NF pela CONTRATADA.	8 às 17h	Inserir o documento no Processo Administrativo correspondente.
Envio da NF mensal pela CONTRATADA	5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo, mensalmente.	8 às 17h	Inserir o documento no Processo Administrativo correspondente.
Liquidação da NF pelo gestor do contrato	2 (dois) dias úteis após o recebimento da NF, mensalmente.	8 às 17h	Inserir o documento no Processo Administrativo correspondente.
Pagamento pelos serviços/fornecimentos	Mensalmente, no prazo de 5 (cinco) dias após a liquidação da NF	8 às 17h	Pela SOF, com inserção dos documentos no Processo Administrativo correspondente

Descrição da rotina	Prazo	Horário	Local de Entrega
Serviços de suporte e garantia	Pelo prazo total de duração do contrato.	Dias úteis da Justiça do Trabalho, das 8 às 17h	Modalidade <i>on site</i> , no que couber, na sede do TRT24, na Secretaria de Tecnologia da Informação, Núcleo de Microinformática e Suporte ao Usuário.

Tabela 24 – Rotinas de execução a constarem no contrato.

3. QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO OU CONTROLE

Os serviços a serem contratados são os discriminados na tabela a seguir:

Grupo/Lote	Item	Descrição	Qtde.
1	1	Prestação de serviços continuados para fornecimento de ramais IP, todos DDRs com portabilidade numérica, no que for possível, ligados a PABX em Nuvem da CONTRATADA, incluindo os recursos de acesso ao STFC, com pelo menos 2 (dois) troncos de 30 canais, ou similar, para ligações simultâneas, com ligações locais e nacionais ilimitadas, do tipo fixo-fixo e fixo-móvel, número 0800 para recebimento de ligações de fixos e móveis oriundas do MS (estimado em 170 minutos mensais), numeração telefônica para o código de área de Mato Grosso do Sul, disponibilização e configurações de pelo menos 5 (cinco) URAs com configurações independentes, disponibilização de <i>softphones</i> e/ou telefones IP para cada ramal, portabilidade de números telefônicos atualmente em uso, configurações, ativações e suporte técnico necessários para garantir o funcionamento continuado da solução como um todo, pelo período de 5 (cinco) anos.	376
2	2	Prestação de serviços continuados para fornecimento de ramais IP, todos DDRs com portabilidade numérica, no que for possível, ligados a PABX em Nuvem da CONTRATADA, incluindo os recursos de acesso ao STFC, com pelo menos 1 (um) tronco de 30 canais, ou similar, para ligações simultâneas, com ligações locais e nacionais ilimitadas, do tipo fixo-fixo e fixo-móvel, numeração telefônica para o código de área de Mato Grosso do Sul, disponibilização e configurações de pelo menos 1 (uma) URA por localidade com configurações independentes, disponibilização de <i>softphones</i> e/ou telefones IP para cada ramal, portabilidade de números telefônicos atualmente em uso, configurações, ativações e suporte técnico necessários para garantir o funcionamento continuado da solução como um todo, pelo período de 5 (cinco) anos.	112

Tabela 25 – Serviços que compõem o objeto que devem ser verificados para o recebimento e controle mensal de pagamentos.

Os testes com as funcionalidades da solução devem ser realizados com pelo menos dois ramais de cada localidade. Os recursos de URA podem ser testados com a implementação de uma inicial para testes.

4. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE A CONTRATADA E A ADMINISTRAÇÃO

Mecanismo	Detalhamento
Correspondência para o TRT24	Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 208 Campo Grande, MS CEP: 79031-908
E-mail para o TRT24	Para a caixa postal (e-mail) csilva@trt24.jus.br , do fiscal, ou outras designadas pelo fiscal ou gestor do contrato. Para e-mails de outros setores ou servidores do TRT24, em respostas às solicitações por eles encaminhados.
Telefonemas para o TRT24	Para os seguintes telefones, ou outros informados pelo fiscal ou gestor do contrato: 67 3316-1811 – Divisão de Gestão de Contratos do TRT24 67 3316-1762 – Setor de Fiscalização de Contratos de TIC 67 3316-1726 – Setor de Apoio à Contratações de TIC / SETIC 67 3316-1733 – Divisão de Infraestrutura de TIC 67 3316-1738 – Secretaria de Orçamento e Finanças

Tabela 26 – Formas de comunicação entre a contratada e o TRT24.

5. FORMA DE PAGAMENTO EM FUNÇÃO DOS RESULTADOS

Pagamento mensal para a contratada. No caso de atraso na entrega do objeto, inexecução parcial ou total, o valor da multa correspondente será retido preventivamente do pagamento e concedido prazo para defesa prévia e recurso.

VI. PLANO DE GESTÃO DO CONTRATO

1. INTRODUÇÃO

Em conformidade com a Resolução CNJ nº 468/2022, devem ser observadas as informações constantes nos critérios de aceitação dispostos no plano de fiscalização.

Deve ser observado o estabelecimento de padrões de Acordos de Níveis de Serviço, para servirem de referência à contratação de serviços de suporte nos casos em que estes sejam providos diretamente pelos fabricantes e para as soluções de TI mais disseminadas.

Observa-se também o estabelecimento de penalidades padrões que sejam compatíveis e diretamente relacionadas ao descumprimento desses níveis de serviço, de forma a induzir a aplicação das sanções contratuais sempre que necessárias ao bom desenvolvimento da execução contratual.

2. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO – MÉTRICA E PERIODICIDADE

Métrica 1	Descrição
Indicador de qualidade	Entrega dos serviços conforme as especificações do Termo de Referência, juntamente com a Nota Fiscal, no primeiro ciclo de faturamento, no prazo de 30 a 60 (trinta a sessenta) dias a contar da assinatura do contrato. O prazo maior refere-se apenas a recursos de DDR fora da localidade de Campo Grande, MS.
Mínimo aceitável	Conforme termos e prazos para entrega dos serviços.
Ferramentas de medição	Testes iniciais com um ramal de cada localidade e configuração de um URA para testes.
Periodicidade de aferição	Durante a entrega provisória.
Penalidade	0,5% (meio por cento) do valor do item objeto da inadimplência, por dia que ultrapassar o respectivo prazo, contados a partir do primeiro dia útil do atraso, limitado a 10% (dez por cento) do referido valor.

Métrica 2	Descrição
Indicador de qualidade	Conferência por amostragem dos serviços contratados, para o recebimento definitivo do primeiro ciclo de faturamento. Para os ciclos de pagamentos seguintes serão consideradas as informações prestadas pelo fiscal do contrato, que receberá dos usuários e processará as eventuais inexecuções do contrato, bem como glosas e penalidades.
Mínimo aceitável	Conforme termos do indicador de qualidade.
Ferramentas de medição	Observação pela fiscalização, área demandante e de todos os usuários..
Periodicidade de aferição	Em até 10 (dez) dias úteis após a entrega provisória mensal.
Penalidade	Penalidade indireta, pois podem afetar os prazos da entrega. Não sendo solucionado, sujeita ainda a aplicação de multa de 10% sobre o valor do objeto da inadimplência por inexecução parcial ou de 30% por inexecução total.

Métrica 3	Descrição
Indicador de qualidade	Entrega da garantia de execução contratual em uma das formas definidas no Termo de Referência.
Mínimo aceitável	Conforme termos do indicador de qualidade.
Ferramentas de medição	Confirmação dos documentos junto à Bancos, SUSEPE, etc.
Periodicidade de aferição	Dentro do prazo definido de 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato
Penalidade	Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

Métrica 4	Descrição
Indicador de qualidade	Atendimento de chamados, realização de configurações, disponibilização de recursos contratados, dentro dos prazos.
Mínimo aceitável	Conforme termos do indicador de qualidade.
Ferramentas de medição	Registro dos prazos e ações de cada ocorrência pela área demandante.
Periodicidade de aferição	A cada ocorrência
Penalidades	multa equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor do objeto da inadimplência, por dia que ultrapassar os respectivos prazos abaixo mencionados, limitado a 10% (dez por cento) do correspondente valor: Prazo máximo para atender às chamadas: 24 horas; Prazo máximo para o conserto do equipamento: 15 dias consecutivos da abertura do chamado; Prazo máximo para a substituição do equipamento: 72 horas.

Tabela 27 – Métricas e prazos para observância nos recebimentos.

3. METODOLOGIA/FORMAS DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE E ADEQUAÇÃO DA SOLUÇÃO ÀS ESPECIFICAÇÕES FUNCIONAIS E TECNOLÓGICAS

Mecanismos de inspeção e avaliação da solução	Acompanhamento dos prazos das soluções dos chamados técnicos pelo Fiscal Técnico
Ferramentas de avaliação	Informe detalhado das ocorrências com problemas pelo demandante ao fiscal do contrato.
Forma de obtenção das informações	Informações prestadas pela área demandante, com registro de e-mails, telefonemas, relatórios, ou pela própria empresa através de sistema próprio de acompanhamento dos chamados.
Listas de verificação e roteiros de teste aplicáveis	Checar os prazos e necessidade de substituição provisória ou definitiva de equipamentos em garantia enviados para conserto.
Inspeções e diligências aplicáveis	A cada ocorrência que apresentar problemas.

Tabela 28 – Formas de avaliação de qualidade dos serviços.

4. PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO DE NOTAS FISCAIS

Etapa 1	Recebimento provisório e definitivo da solução instalada e configurada, dentro dos prazos de entregas, de 30 a 60 (trinta a sessenta) dias.
Etapa 2	Mensalmente, recebimento provisório pelo fiscal técnico, com informações da área demandante da execução dos serviços no mês anterior, no primeiro dia útil do mês seguinte à execução.
Etapa 3	Mensalmente, recebimento definitivo pelo gestor do contrato, com cálculo de glosas e multas e autorização para emissão de NF, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório. Calcular e informar eventuais glosas e/ou multas por atrasos.
Etapa 4	Envio da NF pela CONTRATADA, já com os descontos calculados pelo gestor do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo.
Etapa 5	Liquidação da NF pelo Gestor do contrato, no prazo de 2 (dois) dias úteis após o recebimento da NF.
Etapa 6	Pagamento no prazo de 5 (cinco) dias após a liquidação da NF.

Tabela 29 – Procedimentos para recebimentos dos serviços e pagamentos.

VII. PLANO DE SUSTENTAÇÃO E TRANSIÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Em conformidade com a Resolução CNJ nº 468/2022, devem ser observadas as informações constantes da etapa de sustentação do contrato.

2. RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS

Há necessidade de aparelhos telefônicos compatíveis com a solução contratada, em número suficiente para atendimento dos ramais contratados ou de *softphones*, a serem entregues com a solução. A aquisição de aparelhos será conduzida em licitação específica, após conclusão da administração por sua vantagem, em contrapartida ao fornecimento dos aparelhos em regime de comodato na presente contratação.

Não há necessidade de acréscimo de recursos humanos para além dos atuais servidores e colaboradores que atuam na SETIC.

3. CONTINUIDADE DO FORNECIMENTO EM EVENTUAL INTERRUPÇÃO CONTRATUAL

As penalidades por interrupções nos serviços estão previstas no Termo de Referência. Em caso de interrupção total e definitiva uma contratação emergencial pode ser realizada para garantir o mínimo necessário de ramais e funcionalidades que mantenham as comunicações de voz do TRT24, porém, certamente funcionalidades mais avançadas, como as URAs, serão prejudicadas.

Paralelamente devemos instruir novo processo licitatório nos moldes do atual, corrigindo suas falhas, para nova contratação.

4. TRANSIÇÃO CONTRATUAL E ENCERRAMENTO DO CONTRATO

Analisamos as atividades necessárias para eventual transição e encerramento do contrato nos seguintes aspectos:

Item	Necessidades
A) entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação	Não se aplicam.
B) transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação	Não se aplicam.
C) devolução de recursos materiais	Não se aplicam, por tratarem-se de serviços.
D) revogação de perfis de acesso	Necessário apenas se forem utilizados recursos de acessos integrados com a base de dados de usuários para utilização de serviços avançados.
E) eliminação de caixas postais	Necessário apenas se forem criadas contas de e-mails para utilização de recursos de monitoramento dos serviços.
F) novas atividades a serem desempenhadas para a continuidade dos negócios	Após o tempo de vida útil dos serviços a SETIC deverá providenciar nova contratação, onde estudos atualizados deverão ser realizados para análise das futuras necessidades organizacionais e de avanços tecnológicos.

Tabela 30 – Atividades necessárias na transição ou encerramento contratual.

5. INDEPENDÊNCIA DO ÓRGÃO COM RELAÇÃO À EMPRESA CONTRATADA

Analizamos as atividades necessárias para manter a independência do órgão em relação à empresa contratada considerando os seguintes aspectos:

Item	Atividades
A) forma de transferência de conhecimento tecnológico nos casos de contratação de desenvolvimento de softwares sob encomenda no mercado de TIC	Não se aplicam.
B) direitos de propriedade intelectual e autorais da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, inclusive sobre os diversos produtos gerados ao longo do contrato, tais como a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que tais direitos são exclusivos da empresa contratada	Necessidade de transferência das ligações gravadas em nuvem e das mensagens de configuração de cada URA, para usos futuros. Após essa etapa, a empresa deve garantir a destruição das informações em sua posse, nos termos da LGPD e de normas dos órgão reguladores e de normas internas da própria empresa.

Tabela 31 – Atividades necessárias para manter a independência do órgão em relação à empresa contratada.

VIII. ANÁLISE DE RISCOS

1. INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de TIC.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (resposta aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

2. MÉTRICAS E CONTROLES

Probabilidade					
Aspectos Avaliativos	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência	Evento casual e inesperado, sem histórico de ocorrência	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido	Evento repetitivo e constante
Frequência Observada/Esperada	Muito baixa (≤ 5)	Baixa (>5 e ≤ 10)	Média (>10 e ≤ 15)	Alta (≥ 15 e ≤ 20)	Muito alta (>20)
Peso/Impacto	1	2	3	4	5

Tabela 32 – Métricas para definição de probabilidades

Impacto					
Fatores para Análise					
	Custo (aumento %)	Prazo (atraso %)	Escopo (afetação)	Qualidade (degradação)	Nível
Orientações para atribuição de pesos	Até 5	Até 5	Insignificante	Irrisória	1
	> 5 até 10	> 5 até 10	Pouco	Pouco	2
	> 10 até 15	> 10 até 15	Significante	Relevante	3
	> 15 até 20	> 15 até 20	Muito significativa	Muito relevante	4
	> 20	> 20	Ampla	Grave	5

Tabela 33 – Métricas para definição de impactos

Controles			
Eficácia dos Controles			
	Eficácia do Controle	Situação do Controle Existente	Multiplicador do Risco Inerente
Definição da Eficácia dos Controles	Inexistente	Ausência completa de controle.	1,0
	Fraco	Controle depositado na esfera de conhecimento pessoal dos operadores do processo, em geral realizado de maneira manual.	0,8
	Mediano	Controle pode falhar por não contemplar todos os aspectos relevantes do risco ou porque seu desenho ou as ferramentas que o suportam não são adequados.	0,6
	Satisfatório	Controle normatizado e embora passível de aperfeiçoamento, está sustentado por ferramentas adequadas e mitiga o risco razoavelmente.	0,4
	Forte	Controle mitiga o risco associado em todos os aspectos relevantes, podendo ser enquadrado num nível de “melhor prática”.	0,2

Tabela 34 – Métricas para definição de controles

Matriz de Exposição aos Riscos						
		Impacto				
		1	2	3	4	5
Probabilidade	5	5	10	15	20	25
	4	4	8	12	16	20
	3	3	6	9	12	15
	2	2	4	6	8	10
	1	1	2	3	4	5

Nível de Risco (Pxl)				
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

Tabela 35 – Matriz Probabilidade X Impacto para definição dos níveis de riscos

Respostas aos Riscos		
Nível de Risco	Descrição do Nível de Risco	Diretriz para Resposta
Muito Baixo	São riscos aceitáveis e devem ser informados para os gestores dos ativos.	Admite-se postergar o tratamento somente mediante parecer dos gestores dos ativos.
Baixo	São riscos que podem ser aceitáveis após revisão e confirmação dos gestores dos ativos.	Qualquer risco encontrado nessa área deve ter uma resposta em um intervalo de tempo definido pelos gestores dos ativos.
Médio	São riscos que podem ser aceitáveis após revisão e confirmação dos gestores dos ativos, contudo a aceitação do risco deve ser feita por meios formais.	Admite-se postergar o tratamento somente mediante parecer do Secretário de TIC.
Alto	São riscos inaceitáveis e os gestores dos ativos devem ser orientados para pelo menos controlá-los.	Admite-se postergar o tratamento somente mediante parecer do Diretor Geral.
Muito Alto	São riscos inaceitáveis e os gestores dos ativos devem ser orientados para que os eliminem imediatamente.	Qualquer risco encontrado nessa área deve ter uma resposta imediata.

Tabela 36 – Descrição dos riscos e critérios para as respostas

Ação de Controle	
Tipo de Resposta	Ação de Controle
Aceitar	Conviver com o evento de risco mantendo práticas e procedimentos existentes
Compartilhar	Reduzir a probabilidade ou impacto pela transferência ou compartilhamento de uma parte do risco. (seguro, transações de hedge ou terceirização da atividade).
Reduzir	Adotar medidas para reduzir a probabilidade ou impacto dos riscos, ou ambos
Evitar	Promover ações que evitem/eliminem as causas e/ou efeitos

Tabela 37 – Descrição das ações de controle para cada tipo de resposta

Registro de ações executadas				
Risco	Detalhamento da ocorrência	Ação tomada	Responsável	Data

Tabela 38 – Modelo de planilha para registro de ocorrências e ações relacionadas aos riscos previstos

3. LEVANTAMENTO E AÇÕES PREVISTAS PARA REDUZIR OU ELIMINAR OS RISCOS

O levantamento dos riscos foi elaborado em planilha padronizada e adotada pelo TRT24, com seus resultados reproduzidos a seguir:

RISCO			ANÁLISE DO RISCO				CONTROLE					RESPOSTA AO RISCO			
Fase da Contratação	Risco	Consequência	Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (Impacto X Probabilidade)	Nível de Risco	Medida de Controle	Responsável	Eficácia do Controle	Multiplicador do Risco Inerente	Risco Inerente	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Ações de contingência	Responsável
Demanda	Demanda equivocada/incompleta.	1.Encerramento ou adiamento da demanda para correções.	5	1	5	Baixo	1.Detalhar ao demandante as correções necessárias que devem ser feitas no DoD.	DGGTIC NMSU	Forte	0,2	1	Muito Baixo	Compartilhar	1. Devolver o DoD ao demandante para que promova as alterações necessárias.	DGGTIC
Planejamento	Demanda não incluída no Plano de Contratações Anual	1.Encerramento ou adiamento da demanda.	4	2	8	Médio	1.Encaminhar paa deliberação aos Comitês de TIC e orçamentos	DGGTIC	Satisfatório	0,4	3,2	Baixo	Compartilhar	1. Veriificar o impacto do não prosseguimento da Contratação e sensibilizar os Comitês que autorizam para que dêem continuidade.	SETIC DGGTIC

RISCO			ANÁLISE DO RISCO				CONTROLE						RESPOSTA AO RISCO		
Fase da Contratação	Risco	Consequência	Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (Impacto X Probabilidade)	Nível de Risco	Medida de Controle	Responsável	Eficácia do Controle	Multiplicador do Risco Inerente	Risco Inerente	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Ações de contingência	Responsável
Planejamento	Não disponibilidade dos recursos orçamentários.	1.Encerramento ou adiamento da demanda.	4	2	8	Médio	1.Solicitar liberação/remanejamento de recursos. 2. Diminuir escopo da demanda	DGGTIC	Satisfatório	0,4	3,2	Baixo	Compartilhar	1. Encaminhar ao Diretor da SETIC para definição de prioridades e possível remanejamento de recursos de projetos menos prioritários; 2. Refazer o termo de referência com redução das quantidades de cada item para tentar reduzir os custos finais.	SETIC DGGTIC

RISCO			ANÁLISE DO RISCO				CONTROLE						RESPOSTA AO RISCO		
Fase da Contratação	Risco	Consequência	Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (Impacto X Probabilidade)	Nível de Risco	Medida de Controle	Responsável	Eficácia do Controle	Multiplicador do Risco Inerente	Risco Inerente	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Ações de contingência	Responsável
Planejamento	Exigência de critérios técnicos ou de sustentabilidade que não podem ser atendidos.	1. Dificuldade em obter orçamentos. 2. Impossibilidade de contratar. 3. Limitação de concorrentes	5	3	15	Alto	1. Correção do Edital com retirada de cláusulas técnicas restritivas, impeditivas ou descabidas. 2. Solicitar liberação ou mitigação das exigências de sustentabilidade com inserção de termos como "no que couber" ou "no que for possível". 3. Verificação prévia de atendimento de alguns critérios (Ex: IBAMA)	DGGTIC SA DG	Satisfatório	0,4	6	Baixo	Compartilhar	1. Encaminhar ao demandante solicitando alteração ou retirada de algum critério técnico restritivo a fim de possibilitar a ampliação dos interessados em participar do certame. 2. Encaminhar para a SA/DG para deliberar sobre a possibilidade de não exigir ou flexibilizar os critérios de sustentabilidade propostos.	NMSU Secretária Administrativa Diretoria-Geral

RISCO			ANÁLISE DO RISCO				CONTROLE						RESPOSTA AO RISCO		
Fase da Contratação	Risco	Consequência	Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (Impacto X Probabilidade)	Nível de Risco	Medida de Controle	Responsável	Eficácia do Controle	Multiplicador do Risco Inerente	Risco Inerente	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Ações de contingência	Responsável
Planejamento	Mapeamento de preços com sobrepreços	1. Resultado da licitação com preços superiores aos praticados no mercado	4	2	8	Médio	1. Elaborar Mapa Comparativo para Estimativa de Preços com preços realistas e com objetos similares	DGGTIC	Satisfatório	0,4	3,2	Baixo	Aceitar	1. Secretaria administrativa emite despacho à Unidade demandante e/ou equipe de planejamento para que conste no processo Mapa comparativo para estimativa de Preços nos moldes do Manual de contratação deste Órgão	Secretária Administrativa
Planejamento	Mapeamento de preços subestimados	1. Possibilidade em resultar em licitação fracassada ou a contratada não conseguir manter o contrato	4	2	8	Médio	1. Elaborar Mapa Comparativo para Estimativa de Preços com preços realistas e com objetos similares	DGGTIC	Satisfatório	0,4	3,2	Baixo	Aceitar	1. Secretaria administrativa emite despacho à Unidade demandante e/ou equipe de planejamento para que conste no processo Mapa comparativo para estimativa de Preços nos moldes do Manual de contratação deste Órgão	Secretária Administrativa

RISCO			ANÁLISE DO RISCO				CONTROLE						RESPOSTA AO RISCO		
Fase da Contratação	Risco	Consequência	Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (Impacto X Probabilidade)	Nível de Risco	Medida de Controle	Responsável	Eficácia do Controle	Multiplicador do Risco Inerente	Risco Inerente	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Ações de contingência	Responsável
Planejamento	Pesquisa de preços estimados tendo como base objeto divergente do especificado no TR	1. Diminuição da competição, podendo culminar em uma licitação deserta ou fracassada ou aumento indevido do custo da contratação;	4	2	8	Médio	1. Elaborar Mapa Comparativo para Estimativa de Preços com preços realistas e com objetos similares	DGGTIC	Satisfatório	0,4	3,2	Baixo	Aceitar	1. Secretaria administrativa emite despacho à Unidade demandante e/ou equipe de planejamento para que conste no processo Mapa comparativo para estimativa de Preços nos moldes do Manual de contratação deste Órgão	Secretária Administrativa
Planejamento	Especificação do objeto incompleta ou deficiente	1. Licitação deserta ou fracassada;	4	2	8	Médio	1. Pesquisa / estudo detalhado do objeto / mitigar o risco de eventual inconsistência na especificação através de uma revisão técnica por especialistas	DGGTIC	Satisfatório	0,4	3,2	Baixo	Aceitar	1. Secretaria administrativa/DG nomeia equipe de planejamento composta por integrantes com conhecimento técnico satisfatória para a equipe de planejamento	Secretária Administrativa DG

RISCO			ANÁLISE DO RISCO				CONTROLE						RESPOSTA AO RISCO		
Fase da Contratação	Risco	Consequência	Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (Impacto X Probabilidade)	Nível de Risco	Medida de Controle	Responsável	Eficácia do Controle	Multiplicador do Risco Inerente	Risco Inerente	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Ações de contingência	Responsável
Seleção do Fornecedor	Pregão deserto.	1. Impossibilidade de contratar.	4	2	8	Médio	1. Alteração de um ou mais requisitos do instrumento convocatório para atrair mais interessados.	DGGTIC Secretária Administrativa	Satisfatório	0,4	3,2	Baixo	reduzir	1. Encaminhar ao demandante/equipe de planejamento, solicitando correção de cláusulas restritivas, impeditivas ou de difícil atendimento.	DGGTIC
Seleção do Fornecedor	Qualificações técnicas excessivas	1. Impossibilidade de contratar. 2. Atraso na homologação da licitação 3. Custo final maior do que o esperado.	4	2	8	Médio	1. Definição de qualificações com possibilidade de ser atendido por pelo menos três empresas. 2. Correção do Edital e TR para eliminar as impossibilidades	DGGTIC Secretária Administrativa	Satisfatório	0,4	3,2	Baixo	reduzir	1. Encaminhar ao demandante/equipe de planejamento, solicitando correção de cláusulas restritivas, impeditivas ou de difícil atendimento.	DGGTIC

RISCO			ANÁLISE DO RISCO				CONTROLE						RESPOSTA AO RISCO		
Fase da Contratação	Risco	Consequência	Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (Impacto X Probabilidade)	Nível de Risco	Medida de Controle	Responsável	Eficácia do Controle	Multiplicador do Risco Inerente	Risco Inerente	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Ações de contingência	Responsável
Seleção do Fornecedor	Exigências de DDR local em todas as localidades	1. Limitação da concorrência. 2. Custo final maior do que o esperado. 3. Lote deserto.	4	4	16	Alto	1. Separação em dois lotes, o primeiro contemplando a capital, Dourados e Três Lagoas e o segundo as demais localidades. 2. Possibilidade de solução alternativa, com fornecimento de DDRs de Campo Grande, acrescido de um DDG 0800 com capacidade de receber ligações ilimitadas de móvel e fixo de qualquer local do Brasil, sem custos adicionais	DGGTIC Secretária Administrativa	Mediano	0,6	9,6	Médio	Compartilhar	1. Encaminhar ao demandante/equipe de planejamento, solicitando possibilidade de aceitar DDRs da capital ou de localidades mais próxima.	DGGTIC Secretária Administrativa Diretoria Geral
Seleção do Fornecedor	Exigências de relatórios muto técnicos, mais afeitos a sistemas para Call Centers	1. Limitação da concorrência. 2. Custo final maior do que o esperado. 3. Lote deserto.	4	5	20	Alto	1. Exigir a solução apenas para o lote 1 e para alguns ramais.	DGGTIC Secretária Administrativa	Fraco	0,8	16	Alto	Compartilhar	1. Encaminhar ao demandante/equipe de planejamento, solicitando possibilidade de flexibilização dos relatórios.	DGGTIC Secretária Administrativa Diretoria Geral

RISCO			ANÁLISE DO RISCO				CONTROLE						RESPOSTA AO RISCO		
Fase da Contratação	Risco	Consequência	Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (Impacto X Probabilidade)	Nível de Risco	Medida de Controle	Responsável	Eficácia do Controle	Multiplicador do Risco Inerente	Risco Inerente	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Ações de contingência	Responsável
Seleção do Fornecedor	Interposição de recursos e impugnações.	1. Atraso na contratação.	4	2	8	Médio	1. Definição dos requisitos técnicos com possibilidade de ser atendido por mais de um produto, com maior leque de concorrentes. 2. Correção do Edital e TR para eliminar a ilegalidade questionada.	DGGTICSecretária AdministrativaAssessoria Jurídica	Mediano	0,6	4,8	Baixo	reduzir	1.Cancelar a licitação e promover uma nova, ajustando o Edital e TR com adequação no texto para sanar a ilegalidade de forma a mitigar os problemas que deram causa ao recurso ou impugnação.	Assessoria JurídicaDGGTICNMSU
Adjudicação	Empresa vencedora não tem a capacidade/desiste de assinar e/ou executar o Contrato.	1. Não recebimento da Nota de Empenho e não assinatura do contrato . 2. Necessidade de convocar o segundo colocado da licitação.	4	1	4	Baixo	1. Encaminhamento imediato do processo para análise prioritária pela Assessoria Jurídica visando a convocação do segundo colocado para assinatura do contrato.	Secretária Administrativa Assessoria Jurídica	Satisfatório	0,4	1,6	Muito Baixo	Compartilhar	1. Acompanhar o recebimento da Nota de Empenho pela vencedora. 2. Aguardar as justificativas apresentadas pela empresa pelo não adimplemento e encaminhar para deliberação superior. 3.Sugerir a aplicação de penalidades por não adimplemento do objeto.	DGGTIC Secretaria Administrativa Diretoria Geral

RISCO			ANÁLISE DO RISCO				CONTROLE						RESPOSTA AO RISCO		
Fase da Contratação	Risco	Consequência	Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (Impacto X Probabilidade)	Nível de Risco	Medida de Controle	Responsável	Eficácia do Controle	Multiplicador do Risco Inerente	Risco Inerente	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Ações de contingência	Responsável
Gestão do Contrato	Atraso na entrega.	1. Não realização da execução orçamentária planejada para o ano corrente. 2. Indisponibilidade dos serviços	3	3	9	Médio	1. Definir prazo de entrega factível. 2. Definir penalidades que inibam os atrasos.	DGGTIC NMSU	Forte	0,2	1,8	Muito Baixo	Reduzir	1. Notificar por Ofício o fornecedor para que cumpra as obrigações e abrir prazo para defesa e posterior aplicação de sanção em caso de continuidade no descumprimento. 2. Informar no sistema SICAF a falta do fornecedor. 3. Realizar contratação emergencial para suprir o fornecimento dos serviços	DG SA DGGTIC

RISCO			ANÁLISE DO RISCO				CONTROLE						RESPOSTA AO RISCO		
Fase da Contratação	Risco	Consequência	Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (Impacto X Probabilidade)	Nível de Risco	Medida de Controle	Responsável	Eficácia do Controle	Multiplicador do Risco Inerente	Risco Inerente	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Ações de contingência	Responsável
Gestão do Contrato	Descumprimento das obrigações de garantia e/ou de manutenção das mesmas condições de habilitação.	1. Indisponibilidade ou atraso no atendimento da garantia técnica dos equipamentos.	1	2	2	Muito Baixo	1. Melhorar as especificações do equipamento no ETP, de forma a garantir a participação dos fornecedores de renome no mercado. 2. Definir penalidades que inibam a falta de prestação dos serviços de garantia.	DGGTIC NMSU	Forte	0,2	0,4	Muito Baixo	Reduzir	1. Notificar por Ofício o fornecedor para que cumpra as obrigações e abrir prazo para defesa e posterior aplicação de sanção em caso de continuidade no descumprimento. 2. Informar no sistema SICAF a falta do fornecedor.	NMSU DGGTIC

Tabela 39 – Mapa de levantamento de riscos

IX. AUTORIA, CIÊNCIAS E APROVAÇÃO

1. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nome	Assinatura
Renata Aparecida da Silva Integrante demandante	<i>Documento assinado digitalmente pelo PROAD</i>
Gleison Amaral dos Santos Integrante técnico	<i>Documento assinado digitalmente pelo PROAD</i>
Victor Gibin Scarpellini Integrante técnico	<i>Documento assinado digitalmente pelo PROAD</i>
Paulo Sérgio Petri Integrante administrativo	<i>Documento assinado digitalmente pelo PROAD</i>
Mateus Cominetti Restrito aos aspectos de sustentabilidade	<i>Documento assinado digitalmente pelo PROAD</i>

2. EQUIPE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (INDICAÇÃO)

Nome	Assinatura
Renata Aparecida da Silva Gestor	<i>Ciente da indicação. Documento assinado digitalmente pelo PROAD</i>
Samy Ariel de Witt Gestor substituto	<i>Ciente da indicação. Documento assinado digitalmente pelo PROAD</i>
Paulo Egídio Mendonça de Araújo Fiscal demandante	<i>Ciente da indicação. Documento assinado digitalmente pelo PROAD</i>
Rosângela Espíndola Mendonça Fiscal demandante substituto	<i>Ciente da indicação. Documento assinado digitalmente pelo PROAD</i>
Victor Gibin Scarpellini Fiscal técnico	<i>Ciente da indicação. Documento assinado digitalmente pelo PROAD</i>
Marcos Ribeiro Mendes Martins Fiscal técnico substituto	<i>Ciente da indicação. Documento assinado digitalmente pelo PROAD</i>
Camilo Gama da Silva Fiscal administrativo	<i>Ciente da indicação. Documento assinado digitalmente pelo PROAD</i>
Rodrigo Marciano Pouso Fiscal administrativo substituto	<i>Ciente da indicação. Documento assinado digitalmente pelo PROAD</i>

3. REVISÃO

Nome	Assinatura
Gleison Amaral dos Santos Setor de Apoio a Contratações de TIC	<i>Documento assinado digitalmente pelo PROAD</i>

4. APROVAÇÃO DA SETIC

Nome	Assinatura
Alexandre Rosa Camy Secretário de TIC	<i>Documento assinado digitalmente pelo PROAD</i>

Campo Grande, 25 de novembro de 2024.